

# **GUINEENSE:** **A LÍNGUA** **DE IDENTIDADE** **NACIONAL DA** **GUINÉ-BISSAU**

**Mamadú Saliu Djaló**  
**Cássio Florêncio Rubio**

# **GUINEENSE**

## **A LÍNGUA DE IDENTIDADE NACIONAL DA GUINÉ-BISSAU**



**Pedro & João**  
editores

**Apoio:**



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

MAMADÚ SALIU DJALÓ  
CÁSSIO FLORÊNCIO RUBIO

**GUINEENSE**  
A LÍNGUA DE IDENTIDADE  
NACIONAL DA GUINÉ-BISSAU



Pedro & João  
editores

**Copyright © Autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

**Esta obra contou com o apoio da Capes e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar.**

---

**Mamadú Saliu Djaló; Cássio Florêncio Rubio**

**Guineense: a língua de identidade nacional da Guiné-Bissau.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 119p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1492-4 [Digital]**

1. Língua. 2. Identidade. 3. Guiné-Bissau. 4. Linguística. I. Título.

---

CDD – 410

**Capa:** Luidi Belga Ignacio

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

## DEDICATÓRIA

Dedicamos esta obra aos nossos pais, pelo apoio, desde o momento em que nascemos, e por nos fazerem descobrir a relevância da educação na vida de um ser humano e nos mostrarem o quanto é importante valorizar a nossa língua e identidade.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta obra.

*ONDJARÁMA! (OBRIGADO!).*



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: DEBATE TEÓRICO SOBRE AS “LÍNGUAS CRIOULAS”</b>	<b>17</b>
1.1 A visão da Crioulística sobre as línguas	17
1.2 A visão da Sociolinguística sobre as línguas	39
1.2.1 <i>Sociolinguística de Contato</i>	40
1.3 A visão da Ecolinguística sobre as línguas	44
1.4 Alguns conceitos relacionados às línguas	51
1.5 Contextos de contato linguístico	56
1.6 Sobre a origem e formação das línguas naturais	59
1.7 A língua guineense e as políticas linguísticas na Guiné-Bissau	61
1.8 Reflexões sobre as características atribuídas aos pidgins e crioulos	68
<b>CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A INVESTIGAÇÃO DO CENÁRIO LINGUÍSTICO GUINEENSE</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO 3: A LÍNGUA GUINEENSE NO CONTEXTO MULTILÍNGUE DA GUINÉ-BISSAU</b>	<b>83</b>
3.1. Línguas empregadas pelos participantes	84
3.2. Língua empregada com maior frequência junto da família	86
3.3. Língua empregada com maior frequência em interações na sociedade	87

3.4. Língua de conforto dos informantes	89
3.5. O posicionamento dos usuários sobre a língua guineense	90
3.6. O emprego do português e de língua alternativa na comunicação	92
3.7. Nomeação da língua guineense como “crioulo” ou “kriol”	93
3.8. O emprego da língua guineense no contexto educacional	95
3.9. Avaliação sobre o emprego da língua guineense na Educação	97
3.10. Opinião dos participantes sobre a oficialização da língua guineense	99
<b>CAPÍTULO 4: O CONTATO ENTRE DIFERENTES LÍNGUAS “CRIOULAS”</b>	<b>103</b>
4.1. Sobre a oficialização dos “crioulos” nos PALOP	103
4.2. O emprego da língua e a denominação “crioula” nos PALOP	106
4.3 Língua empregada na comunicação entre os participantes dos PALOP	108
<b>RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO GUINEENSE COMO LÍNGUA DE IDENTIDADE NACIONAL</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>115</b>

## PREFÁCIO

“Falar é existir absolutamente para o outro”. Com esta citação de Frantz Fanon, início este prefácio destacando a ideia de *outro*, muito bem marcada neste livro. Mamadú Saliu Djaló e Cássio Florêncio Rubio partem da denominação de língua “*crioula*”, dada pelo *outro*, para (res)significar a língua guineense em toda a sua plenitude.

É inegável que a língua é um aspecto da identidade do falante. É através dela que expressamos nossos sentimentos e nossa cultura. Em *Guineense: a língua de identidade nacional da Guiné-Bissau*, Djaló e Rubio nos brindam com uma leitura que nos leva a refletir acerca de como as línguas transmitem tais aspectos e de como estas são vistas por seus falantes e pelos *outros*. Os autores tomam como foco a língua guineense, denominada genericamente de “*crioulo guineense*” ou “*kriol*” e apresentam uma discussão que parte dessa denominação, questionando os motivos que levam a considerar esta língua como “*crioulo*”, geralmente advindos de *outros*, em uma evidente “tomada de posição diante da linguagem” (Fanon, 2008). E mais, diante da própria língua.

Neste livro, os autores buscam comprovar a plenitude da língua guineense e sua autonomia, confrontando a terminologia utilizada para denominá-la. A partir de entrevistas com os falantes da língua acerca do uso e das relações identitárias e de afetividade, os autores atestam que a língua guineense atende a todos os princípios de qualquer outra língua e cumpre seu propósito de permitir a comunicação plena entre seus falantes. Os autores ainda apresentam dados referentes a outras línguas denominadas “*crioulas*”, o cabo-verdiano e as línguas de São Tomé e Príncipe, discutem sobre as políticas linguísticas referentes a essas línguas no âmbito escolar e confirmam que cada uma delas mantém sua autonomia, sendo, portanto, línguas diferentes e autônomas.

A leitura do texto nos permite compreender as ideologias coloniais que permeiam a nomenclatura das línguas e os status que essas recebem socialmente, academicamente e politicamente. Djaló e Rubio comprovam não só a plenitude da língua guineense, mas das línguas denominadas “*crioulas*” que, por muito tempo, foram consideradas “um português mal falado” e atestam, ainda, que tais línguas apresentam influências de outras línguas africanas e seguem o mesmo processo das demais línguas naturais no que se refere ao contato entre diferentes línguas. O livro em questão abre caminhos para reflexões e indagações, como: Como são denominadas as línguas? O que caracteriza uma língua plena? As línguas europeias podem ser consideradas crioulas? Esses e outros questionamentos guiam a discussão, deixando o leitor com desejo de se aprofundar mais sobre o assunto e as línguas em questão.

Assim, a leitura será de grande aprendizado àqueles que desejam conhecer a língua guineense a partir de um olhar científico e teoricamente fundamentado, mas sem perder a sensibilidade de um falante nativo que vê em sua língua a sua identidade e a de sua comunidade, não se submetendo passivamente ao julgo do *outro*.

**Profa. Dra. Gislene Lima Carvalho**  
Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira

## APRESENTAÇÃO

A caminhada percorrida para a concretização desta obra rememora um antigo provérbio que circula na boca do povo em Guiné-Bissau, que diz “Un mon ka ta toka palmu” (“Uma mão sozinha não bate palmas”).

As diferenças geográficas, culturais e sociais experienciadas por nós, autores, enquanto pessoas de países com realidades diferentes, como a do Brasil e a da Guiné-Bissau, longe de se constituírem em obstáculos, mostraram-se um terreno extremamente fértil para fazer florescer, por meio do pensamento científico, um estudo que, em sua modesta contribuição, pudesse reconhecer e valorizar o idioma nacional de um país, o guineense, dando voz aos verdadeiros protagonistas da história, os usuários da língua.

É com esse objetivo central de fazer emergir a importância da língua guineense para o povo da Guiné-Bissau que oferecemos essa obra, que se inicia com uma apresentação de aspectos do contexto multilíngue vivenciado pelos guineenses e do contato e convívio da língua guineense (crioulo) com outras línguas no país. Na sequência, apresenta-se um debate sobre as diferentes visões das correntes teóricas que se dedicam a tratar das chamadas línguas “crioulas”, como a Crioulística, a Sociolinguística e a Ecolinguística. Além disso, segue-se discussão sobre a origem das línguas naturais e reflexões sobre a classificação dos idiomas atuais em crioulos e não crioulos. Esse debate é retomado nos tópicos seguintes, que buscam contextualizar, por meio da investigação de usuários das línguas “crioulas”, a realidade das interações linguísticas. Para além de considerar a pluralidade de contextos experienciados pelos falantes, busca-se, na análise, amparada em inquéritos submetidos a guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses, verificar a função e importância de cada língua no contexto multilíngue, e constatar as possíveis implementações de

políticas linguísticas governamentais e não governamentais para a preservação desses idiomas.

Esperamos que a leitura de nossa obra permita maior conhecimento do contexto sociolinguístico da Guiné-Bissau e, para além disso, promova reflexão sobre o importante papel desempenhado pela língua guineense, em toda a sua “plenitude e funcionalidade”, como símbolo de resistência e de identidade nacional de um povo.

**Mamadú Saliu Djaló**  
**Cássio Florêncio Rubio**

## INTRODUÇÃO

Esta obra abarca o contexto de multilinguismo presente na Guiné-Bissau, um pequeno país da costa ocidental africana, que testemunha, como em alguns outros países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), o “embate e convívio” linguístico entre a língua do ex-colonizador (o português), as línguas locais que sobreviveram ao processo de colonização (étnicas) e a língua surgida do contato entre povos, que apresenta importante papel, mas ainda recebe o rótulo genérico de “crioulo de base portuguesa”.

A título de ilustração e para reforçar a importância da temática e do debate em torno dela, retomam-se as palavras de Silva Neto (1970, apud Bechara, 1973, p. 74), que destaca que uma língua crioula “[...] é a deturpação e a simplificação de uma língua europeia; e) essa língua básica foi transmitida deficientemente; f) o crioulo serve de instrumento de comunicação entre seres inferiores e subalternos”.

Com base nessas e outras afirmações atribuídas aos “crioulos”, o objetivo principal desta obra é de compreender se há características pertencentes apenas a essas línguas ou se são características comuns a outras línguas naturais, principalmente em seu processo de gênese. Em especial, analisar se a língua guineense, também chamada de “crioulo” da Guiné-Bissau ou *kriol*, é uma língua “plena, completa, complexa e funcional” para os seus usuários (Coelho, 2015; Rubio, 2021). Complementarmente, investigar se as “línguas crioulas” de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) diferem entre si, constituindo-se em sistemas únicos de interação, não sendo apenas variedades de uma mesma língua. Dessa maneira, o debate teórico aborda diferentes pontos de vista, dentre os quais o da Sociolinguística, da Ecolinguística e da Crioulística, permeando diferentes questões, dentre as quais a origem e formação das línguas naturais, o contato

linguístico e as políticas linguísticas. A abordagem das três correntes permite compreender como cada uma define uma língua. Dessa forma, esperamos que este trabalho contribua para que a língua guineense e outras línguas ditas “crioulas” sejam vistas como línguas naturais como quaisquer outras.

A importância dessa contribuição reside na escassez de trabalhos que discutam a questão da funcionalidade, estabilização e reconhecimento dessas línguas como sistemas efetivos e eficazes de comunicação e não como “crioulos”, “sub-línguas” ou “dialetos”. Além disso, no âmbito acadêmico e educacional, a discussão traz algo novo, visto que pretende proporcionar mais destaque a essas línguas, fazendo com que, até mesmo a sua escrita ganhe espaço no ensino, como já aconteceu com línguas europeias (português, francês, inglês, etc.) em séculos anteriores.

As hipóteses levantadas a partir da revisão de estudos que tratam de questões relacionadas à temática e também de observação prévia da comunidade são as que seguem: i) os falantes têm maior conforto no emprego da língua guineense do que da língua portuguesa; ii) para se comunicar em guineense, eles não recorrem a outras línguas (português, francês, inglês, línguas étnicas); iii) os guineenses não têm dificuldades para se comunicar em guineense com outras pessoas que também falam o guineense; v) a denominação da língua como “crioula” ou *kriol* não é vista pela população como pejorativa e generalizante em Guiné-Bissau; vi) A denominação da língua como “crioula” pode ser apontada como pejorativa em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; vii) o emprego de outras línguas, além do português, na escola, não é bem-visto, gerando, inclusive, sanção por parte de professores; viii) há diferentes avaliações sobre a difusão e expansão do guineense no país; ix) os crioulos se diferenciam, apesar de possuírem como base a “língua portuguesa”; x) quando um guineense emprega o “crioulo” da Guiné-Bissau (GB) com pessoas de Cabo Verde (CV) ou São Tomé e Príncipe (STP), eles não se entendem, recorrendo, normalmente, à língua portuguesa; xi) apesar de grande parte da população de CV e STP empregar os “crioulos”, a língua

portuguesa é a língua predominante no ambiente escolar; xii) o emprego de outras línguas, além do português, na escola, não é bem-aceito em CV e STP, gerando, inclusive, sanção por parte de professores.

Com base nessas hipóteses e nos objetivos de pesquisa, submetemos questionários a guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses: para levantar dados sobre a efetividade comunicativa ou não das línguas guineense, cabo-verdiana e são-tomense e sobre seus empregos nas situações reais, sob o ponto de vista dos seus usuários, buscando ainda compreender se as chamadas línguas “crioulas” dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) diferem entre si ou não. Os questionários submetidos aos participantes se organizam em cinco tópicos principais: fatores extralinguísticos, caracterização sociolinguística, plenitude ou não dos “crioulos” (guineense (crioulo ou *Kriol*), cabo-verdiano e são-tomense) e assuntos ligados às políticas e avaliações linguísticas.



## CAPÍTULO 1

### DEBATE TEÓRICO SOBRE AS LÍNGUAS “CRIOULAS”

Com o surgimento da linguística, a partir do início do século XX, os debates sobre origem, formação, estrutura e história das línguas deixaram de se estabelecer prioritariamente em outras áreas, como a filosofia, a sociologia, a antropologia e a história, e passaram a ocupar uma área própria, com uma ciência que possui como objeto central e primordial as línguas. Isso não impediu, contudo, que, no decorrer do século passado e também no início deste século, vertentes derivadas daquela área inicial tomassem diferentes rumos, privilegiando variados aspectos dessa realidade multifacetada que envolve a ampla área dos estudos da linguagem.

Com base nesses apontamentos iniciais, apresentam-se diferentes visões sobre as manifestações linguísticas e sobre suas gêneses, com o objetivo principal de angariar subsídios para debate sobre a caracterização das línguas nas comunidades consideradas nesta pesquisa.

#### 1.1 A visão da Crioulística sobre as línguas

De acordo com Bechara (1973), o estudo das línguas “crioulas” teve seu início no século XIX, com a publicação do trabalho de Schuchardt, intitulado *Kreolische Studien*. Por seu lado, na língua portuguesa, “[...] o interesse pelas línguas crioulas manifestou-se um pouco mais cedo, em 1880, com Francisco Adolfo Coelho e o seu primeiro artigo sobre os dialetos românicos ou neoplatinos na África, Ásia e América [...]” (Bechara, 1973, p.72). Naquela época, segundo a autora, havia uma concepção preconceituosa sobre os “crioulos”, como podemos observar nas teses de Meillet e Silva Neto. Por exemplo, Meillet, como aponta a pesquisadora, “vê o crioulo francês de Maurícia e Reunião apenas como um imperfeito

francês que os negros aprendiam de seus senhores” e, para além disso, “muitos outros autores consideram os crioulos como toscas línguas mistas” (Bechara, 1973, p.73).

No que diz respeito à tese de Silva Neto sobre as línguas “crioulas”, o autor ressalta, como já mencionado, que “são falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria que consistem na deturpação e simplificação extrema de uma língua europeia imperfeitamente transmitida e aprendida por gente de civilização inferior”. (Silva Neto, 1970, apud Bechara, 1973, p.74).

Nas citações anteriores, percebe-se claramente a inferiorização das pessoas que empregam as línguas ditas crioulas, bem como uma avaliação preconceituosa que, ao longo dos anos, os pesquisadores atribuíram a essas línguas, pois, na visão desses cientistas tradicionais, os “crioulos” são “sublínguas” e se diferem das línguas europeias (português, francês, inglês, etc).

Segundo Couto (1996), alguns autores deixaram uma grande contribuição para a gênese da Crioulística. Pode-se citar, por exemplo, Van Nome, que foi o primeiro autor a realizar uma pesquisa científica relacionada às línguas “crioulas”, no ano 1869, além de ser o primeiro a descrever comparativamente os crioulos do Caribe<sup>1</sup>.

Hesseling também contribuiu muito para a Crioulística. A princípio, ele tinha interesse em pesquisar sobre a estrutura da “coine grega”, por isso formulou a seguinte questão: “seria a koiné um desenvolvimento ático ou resultado da mescla de dialetos?”. Entretanto, no decorrer da sua pesquisa, se deparou com o trabalho Schuchardt e abraçou a Crioulística, vertente na qual realizou vários trabalhos sobre as línguas crioulas. (Couto, 1996)

A Crioulística é, atualmente, uma subárea da linguística, que, de acordo com Couto (1999), tem por finalidade compreender as características dos pidgins e “crioulos”. Sendo assim, em conformidade com Lucchesi (2016, p. 73), os pidgins e “crioulos”

---

<sup>1</sup> “Franceses, espanhóis, holandeses e ingleses”. (Couto, 1996, p.131).

resultam do contato massivo e continuado de falantes adultos de línguas diversas, que podem dar ensejo a uma nova língua, cujo vocabulário é previamente da língua do grupo dominante na situação de contato (a língua lexificadora ou língua de superstrato), mas sua gramática é qualitativamente distinta da língua lexificadora, resultando de simplificação morfológica e processos de reestruturação gramatical, em que estruturas das línguas dos grupos dominados (as línguas de substrato) podem ser incorporadas.

Mas, entre pidgins e crioulos, constata-se outras fases importantes, como, por exemplo, jargões, pré-pidgins e pidgins estáveis ou expandidos. À vista disso, os jargões e os pré-pidgins ocorrem no momento inicial, devido à necessidade do contato entre pessoas de línguas diferentes, ao passo que os pidgins estáveis ou expandidos aparecem após a consolidação dos jargões e pré-pidgins (Lucchesi, 2016).

Hall (1962, apud Couto, 1996) defende a mesma ideia, porém com outra denominação, ou seja, com a menção a um “ciclo vital”, em outras palavras, esse ciclo versa sobre as fases ou transformações que os pidgins e crioulos perpassam ao longo dos anos. Dessa forma, no primeiro momento, na convivência de povos de línguas diferentes e, devido à necessidade de interagirem, esses indivíduos desenvolvem um pidgin que, por sua vez, apresenta duas fases ou características: pré-pidgin e pidgin instável ou jargão. Com o passar do tempo, devido à intensidade do uso do pidgin na comunidade, ele se transforma num “verdadeiro pidgin”, que também é denominado de “pidgin estável”. Porém, quando as crianças o aprendem como primeira língua, se transforma num crioulo que, por sua vez, se aproxima da língua do povo dominador e se modifica em direção a uma criouliização.

Para Couto, no entanto, no desenvolvimento de um pidgin, em algumas situações, o modelo proposto por Hall pode seguir uma direção diferente, ou seja, não se encaminhar conforme o padrão definido pelo autor. Alguns crioulistas como, por exemplo, Hymes, Reinecke e Bickerton, concordam com a visão de Couto e revelam

que: “em vez de se desenvolver em um crioulo, o pidgin estável pode desaparecer, devido ao aprendizado completo da língua de superstrato”, não passando para a próxima etapa do “ciclo vital”. (Hymes, 1971, p.78, apud Couto, 1996. p. 19). Por outro lado, “ele pode também pura e simplesmente desaparecer juntamente com circunstâncias sociais que o produziram, como ocorreu com o ‘tâi bôî’, usado entre as tropas francesas e os nativos de Cochinchina, de 1860 até mais ou menos 1954” (Reinecke, 1971, p. s.p, apud Couto, 1996. p. 19). Além disso, “uma outra possibilidade é a repidginização de um crioulo[...] que se dá quando ele volta a ser usado como língua de contato, como ocorreu nos fortes costeiros” (Bickerton, 1980, apud Couto, 1996. p. 19). No entanto,

[...] O pidgin estabilizado... pode deixar de sê-lo. Por outras palavras, ele pode se reargonizar, isto é, voltar a ser sujeito a estratégia de aprendizagem linguísticas individuais se não adquirido por nenhum grupo de falantes socialmente variável. Como ocorreu com tok pisin, 50 anos após sua estabilização inicial nas áreas de Papua Nova Guiné, foi adotado e desestabilizado pelos habitantes das regiões altas do país. (Muhlhausler, 1986, apud Couto, 1996. p. 19-20)

Entretanto, Calvet (2002), Lucchesi (2016), Timbane e Manuel (2018) e Rodrigues (2019), dentre outros estudiosos, concordam que os pidgins não são línguas, mas sim sistemas emergenciais de interação criados devido às necessidades comunicativas dos indivíduos. Enquanto os crioulos são línguas, que nascem, após a consolidação dos pidgins, graças à interação reiterada entre os adultos de línguas diferentes.

Bechara (1973), ressalta que o termo “pidgin” teve sua origem na China e foi usado para nomear o pidgin inglês e posteriormente utilizado para se referir à língua que tem as mesmas características. Ao passo que o surgimento dos crioulos, de acordo com Lucchesi (2016), tem uma ligação com a colonização europeia, por isso vários crioulos do Caribe tiveram a sua gênese devido à colonização

sofrida por africanos escravizados que trabalhavam nas zonas exploradas pelos colonizadores.

Couto (1996), com base em Romaine (1988), apresenta quatro teses sobre o surgimento da lexia *pidgin*. Na primeira tese, se

[...] associa “pidgin” à pronúncia inglesa beach (praia) nos mares do Sul, isto é, beach. Isso teria se dado talvez pelo fato de que os primeiros contatos dos colonizadores europeus com os nativos da África, Ásia e América se davam no litoral, nas praias. (Couto, 1996, p.23-24).

Ao passo que na segunda tese, salienta-se “que o termo pode ter se derivado das características chinesas *pei* e *ts'in*” (Couto, 1996, p.24.) Finalmente, a terceira e quarta teses foram defendidas por usuários de algumas línguas “crioulas”. E “Uma delas foi apresentada em tok pisin por um dos falantes nativos. Segundo ele, sua língua teria surgido quando os nativos da Papua-Nova Guiné tentaram imitar a língua dos brancos.” (Couto, 1996, p.24)

Segundo Bollée (1977, apud Couto,1996), ao caracterizarmos os pidgins, dois pontos precisam ser levados em consideração: primeiro “os critérios linguísticos” e, segundo “os critérios sociolinguísticos”. Dessa maneira, os primeiros critérios abrangem assuntos relacionados ao funcionamento dos pidgins, ao passo que os últimos dizem respeito à forma como convivem as populações que os originam. A seguir, veremos as características de cada critério:

**os critérios sociolinguísticos:** 1) contato de dois ou mais povos de línguas mutuamente inteligíveis... Frequentemente um dos povos é superior socioeconomicamente e politicamente. 2) Não é língua materna de ninguém...3) Meio precário de intercompreensão...4) Modo de comunicação pragmático, ainda não há uma gramática comunitariamente aceita. 5) Não há nenhum sentimento de amor e fidelidade ao pidgin por parte de seus usuários. Assim que podem,

---

<sup>2</sup> “pagando dinheiro” (Romaine, 1988, p.13, apud Couto, 1996, p.24.)

abandonam-no. **Ao passo que os critérios linguísticos:** o pidgin apresenta uma gramática drasticamente reduzida em relação tanto à da língua de superstrato quanto à da(s) língua(s) de substrato. Assim temos: 1) pequeno número de fonemas. 2) preferência pela estrutura silábica CV, em geral em vocábulos dissílabos. 3) ausência quase total de morfologia derivacional e flexional. 4) As funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem. 5) Léxico reduzido a um número possível (Kay e Sankoff, 1974, apud Couto 1996, p. 28-29 grifos nossos).

Portanto, quando um pidgin não apresenta todas as características linguísticas e sociolinguísticas, tem-se apenas uma “situação pidginizante”. Como exemplo, menciona-se a linguagem utilizada pelos imigrantes alemães no Brasil colonial: “Fech die Janellen. És chvvt.” (Feche as janelas. Está chovendo). “Como se vê, os lexemas são alemães, mas a gramática é portuguesa.” (Couto, 1996, p.31).

Lucchesi (2016, p. 74) aponta que “[...] a grande maioria das línguas pidgins e crioulas atualmente conhecidas se formou no bojo da expansão colonial europeia, entre os séculos XVI e XIX[...]”.<sup>3</sup> Por outro lado, Todd (1992, apud Rodrigues, 2019) nos alerta que os pidgins e crioulos nem sempre se formam no momento de colonização, pelo contrário, podem se expandir no momento em que as pessoas não são escravizadas.

Um exemplo de pidgins e crioulos pode ser encontrado na citação de Rodrigues (2019), referente ao contexto brasileiro durante os séculos XVI e XIX,

Os diversos grupos etnolinguísticos africanos, deslocados da África para trabalharem como escravos nas plantações de açúcar das colônias do Novo Mundo, teriam encontrado no Brasil cenário favorável à

---

<sup>3</sup> Neste ponto, merece destaque o debate sobre a natureza do pidgin, que, apesar de apontado como língua pelo autor, pode não receber esse status sobre o viés de correntes sociolinguísticas, que somente consideram um sistema de comunicação como língua quando esse possui falantes que o adquiriram como primeira língua (ou língua materna) (Coelho, 2014).

criação de um pidgin, que, mais tarde, com suceder do tempo e das gerações, teria evoluído e se transformado em crioulo, o provável crioulo brasileiro da costa canavieira. (Rodrigues, 2019, p. 44-45).

Podemos resumir a citação acima da seguinte maneira, os escravizados adultos trazidos para o Brasil desenvolveram entre si, bem como os seus senhores, pidgins e, com o passar do tempo, esses escravizados tiveram filhos e essas crianças aprenderam essa forma de comunicação desenvolvida pelos pais (o pidgin). No momento em que as crianças passam a empregar esse meio de comunicação como primeira língua, o pidgin se transforma em crioulo.

Segundo Couto (1999), a ideia de “nativização” no surgimento dos crioulos é refutada por uma boa parte dos crioulistas. Aliás, o próprio autor não concorda com essa visão, pois, segundo ele, uma criança consegue desenvolver a fala graças à interação com os mais velhos, que se encontram na mesma comunidade que ela. Portanto, conforme o pesquisador, o surgimento de uma língua “crioula” tem relação com o contato entre pessoas que falam línguas diferentes.

Sendo assim, nesse contato, os falantes usam uma “língua mista”<sup>4</sup> própria, que é distante das línguas maternas dos povos em contato, mas, apesar disso, o léxico dessa nova língua é formado por um número considerável de palavras da língua dos povos dominantes, ao passo que as línguas dos povos dominados contribuem na formação da gramática. Ou seja, ao “em vez de nativização o que se tem na formação de um crioulo é a comunitarização de um meio de comunicação específico da nova comunidade”. (Couto, 1999, p.11). Timbane e Manuel (2018, p.112) concordam com a ideia defendida por Couto (1996) e asseveram que “[...] quem faz a língua é a sociedade e não o indivíduo”.

Do mesmo modo, Mufwene (2008) ressalta que os crioulos não foram criados por crianças e enfatiza que é um grande erro afirmar ou defender a nativização dos pidgins para o surgimento dos

---

<sup>4</sup> O termo aparece entre aspas, pois não concordamos com o nome línguas mistas, aliás, vários trabalhos apresentaram resultados que confirmam não existir uma língua pura, assunto que retomaremos nos próximos capítulos.

crioulos. Apesar disso, ele reconhece a contribuição das crianças para evolução dos crioulos, mas chama atenção para não considerar essa colaboração como um sinônimo de criação de uma gramática. Ou seja, para o autor,

Em vez de criar novas gramáticas para a comunidade como um todo, as crianças participaram do desenvolvimento dos crioulos selecionando os conjuntos de características aos quais foram expostas subconjuntos particulares de características (incluindo xenolectais) de maneiras que tornavam seus idioletos menos diferentes uns dos outros do que seus pais não nativos. Funcionando assim como agentes de normalização, eles ajudaram essas características a prevalecer sobre outras alternativas, reduzindo a extensão da variação observável em seus pais xenolectais (Degraff 1999a, 1999b, apud Mufwene, 2008, p.79, tradução nossa)<sup>5</sup>

Por outro lado, parece não haver um consenso entre os crioulistas, pois a visão de gênese dos crioulos por meio do reiterado emprego de um pidgin não é compartilhada por todos os autores. Para DeGraff (2005, apud Silva, 2019, p.8), “um crioulo não precisa ter um pidgin como ancestral”. Para comprovar a sua tese, o autor cita o crioulo haitiano, que é um idioma que surge sem passar por um processo de pidgin. De acordo com Silva (2019), outros autores rebatem a tese apresentada por DeGraff.

Segundo Couto (1999), os defensores da teoria denominada “ciclo vital” têm outra concepção sobre o assunto, por exemplo, Bickerton ressalta que o nascimento de um crioulo não precisa de um pidgin estável, pois a língua crioula pode surgir no momento

---

<sup>5</sup> Texto original: “Rather than creating new grammars for the overall community, children participated in the development of creoles by selecting from the feature pools to which they were exposed particular subsets of features (including xenolectal ones) in manners that made their idiolects less different from each other than their nonnative parents’ Function- ing thus as agents of normalization, they helped those features prevail over other alterna- tives, reducing the extent of variation observable in their xenolectal parentes” (Degraff, 1999a, 1999b, apud Mufwene, 2008, p.79 ).

em que as pessoas usam o jargão inicial. Por outro lado, conforme registra Silva (2019), Mufwene:

[...] chama a atenção para o fato de que onde há crioulos não há pidgins, e o inverso também é verdade. Desse modo, ele lança mão de explicações históricas para dizer o que é um crioulo e o que é um pidgin. Crioulos se desenvolveram em colônias de povoação cuja organização seguiu o modelo econômico que se conhece como *plantation*. Os pidgins, por outro lado, desenvolveram-se em colônia de exploração. (Silva, 2019, p. 8).

Mufwene conclui que a denominação de uma língua como “crioula” ou “pidgin” está relacionada aos fatores sócio-históricos que a permeiam e não aos fatores de ordem linguística. Apesar disso, em conformidade com Rodrigues (2019), a maioria dos crioulistas afirma que as “línguas crioulas” nasce por meio de dois critérios, a “insularidade e exogeneidade da população”, ou seja, para a autora, os “crioulos” originam-se em locais afastados onde predominam pessoas com línguas e culturas diferentes, que facilitam o nascimento de uma língua.

Em conformidade com o autor, na evolução das línguas “crioulas”, existe discussão entre os pesquisadores crioulistas no que se refere ao uso do termo “descrioulização”<sup>6</sup>, para se referir à modificação da gramática das línguas crioulas. Devido a essa falta de consenso, Couto (1999), por exemplo, prefere usar a nomenclatura “transformação da gramática crioula”, para se referir ao processo de modificação por que passa a língua. No entanto, Mufwene (1987) não concorda com essa visão, pois, para ele, não há um antigo crioulo, ou seja, o processo de

descrioulização é uma “interpretação infeliz” em uma linguística que tem sido praticada, principalmente, por estudiosos da classe média

---

<sup>6</sup> Consoante Rodrigues (2019), descrioulização é um termo usado para se referir à transformação da gramática da língua em direção à da língua de substrato (língua dos colonizadores).

branca que parecem não compreender que as populações desprivilegiadas não querem se comparar com eles ou falar a língua de sua classe. (Mufwene, 1987, apud Rodrigues, 2019, p.49)

Por seu turno, de acordo com Rodrigues (2019), Thomason, Kaufman e Bickerton e outros crioulistas continuam a empregar o termo “descrioulização”. Para Thomason e Kaufman (1991, apud Rodrigues, 2019, p.49),

descrioulização é um processo de empréstimo que envolve a convergência para a estrutura da língua de base lexical e no qual a população de fala crioula muda gradualmente por empréstimo estrutural e lexical para a língua de superstrato.

Na visão de Bickerton, a crioulição pode ser vista como um processo de evolução dos crioulos, devido à convivência entre os usuários dos crioulos e falantes da língua de superstrato, contudo, nessa convivência, a língua dos colonizadores acaba influenciando as línguas crioulas. (Bickerton,1980, apud Rodrigues, 2019).

Os crioulistas, ao desenvolverem estudos sobre os pidgins e crioulos, consideram várias concepções, como por exemplo a genética e a estrutural, entre outras. Dessa maneira, a primeira concepção tem por finalidade compreender a gênese dos pidgins e crioulos, ao passo que a segunda é voltada para o estudo de características estruturais desses sistemas de comunicação, num determinado momento específico, ou seja, não se preocupa com as evoluções das suas características. (Bechara, 1973).

Ao investigar-se a genética dos pidgins e crioulos, encontram-se duas teorias fundamentais: a monogenética e a poligenética. (Bechara, 1973). De acordo com Silva (2019), os seguidores da chamada “teoria da monogênese” afirmam que

[...] muitos dos pidgins e crioulos têm uma origem comum. Esta origem seria um pidgin de léxico português que surgiu no século XV, na África, e que teria sido posteriormente relexificado em pidgins com base em outras línguas europeias, resultando em várias das

línguas crioulas conhecidas modernamente. (Holm, 2000, apud Silva, 2019, p. 4)

Bechara (1973), ressalta que, na teoria monogenética, alguns estudiosos enfatizam a importância da “teoria do protocrioulo português”, que defende que todos os pidgins e crioulos de “base lexical portuguesa”<sup>7</sup> se originaram do “crioulo português”, ou seja, os pidgins e crioulos de “base lexical portuguesa” não apresentam substrato das línguas indígenas ou locais. Tomás (1953, apud Bechara, 1973), por exemplo, enfatiza que algumas línguas, como “papiamento”, não apresentam mescla de línguas europeias com as línguas africanas, pois, para o autor, a referida língua nasceu através do “pidgin português” que, na altura, era língua do comércio e era usada na zona oeste do continente africano, no período colonial. (Bechara, 1973). Ainda consoante Bechara (1973), Valkhoff (1966) concorda com a tese apresentada por Tomás (1953) e assevera que o “pidgin português”<sup>8</sup> é a gênese dos crioulos da Ásia, África e América. Para sustentar a sua tese, o autor apresenta algumas categorias de português empregadas naquela época, por exemplo, “o português culto”, “português intermediário ou crioulo primário” e “crioulo vulgar/crioulo secundário”. A primeira variedade, como o nome indica, era a mais prestigiada e utilizada pelos colonizadores europeus. (Walkhoff, 1966, apud Bechara, 1973). Por seu lado, o “português intermediário ou crioulo primário” é

uma nova língua saída do original português e considerada pelos falantes como um pouco diferente da língua mãe (corresponde ao que Serafim da Silva Neto chama de semi-crioulo), um estágio mais

---

<sup>7</sup> A expressão de base lexical portuguesa aparece entre aspas, pois não concordamos com essa nomenclatura, amparados em pesquisas mais recentes, como por exemplo de Timbane e Manuel, que evidenciaram que vários “crioulos” do continente africano apresentam suas bases nas línguas africanas, discussão que retomaremos adiante.

<sup>8</sup> Segundo Todd (1990, apud Couto, 1996, p.22), “o que torna essa hipótese atraente é o fato de os portugueses terem sido os primeiros comerciantes europeus na África ocidental, na Ásia e nas Américas [...]”

aperfeiçoado da primitiva aprendizagem (Walkhoff, 1966, apud Bechara, 1973, 83).

Finalmente, a terceira variedade “crioulo vulgar/crioulo secundário” “[...] corresponde ao verdadeiro crioulo, ou seja, ao português alterado sob a influência dos substratos africanos e falado em quase todos os domínios do Império Português” (Walkhoff, 1966, apud Bechara, 1973, p. 83).

Aqui, um aspecto merece reflexão. Como vimos na história das línguas naturais, não há uma língua pura, pois devido às necessidades de comunicação, deslocamento e contato linguístico, as línguas acabam se moldando em conformidade com as necessidades dos seus usuários. Aliás, é comum constatar esse processo de formação nas línguas europeias (português, francês, inglês, espanhol, etc.), que tiveram as suas gêneses em outras línguas, como, por exemplo, o indo-europeu e o latim, no entanto não se afirma que essas línguas são “crioulos”.

Alguns crioulistas substituem o termo pidgin português por “línguas de base lexical portuguesa”, para se referirem aos crioulos. Lucchesi, por exemplo, salienta que “[...] existem vários crioulos de base lexical portuguesa, como: o cabo-verdiano, no arquipélago de Cabo Verde; o faro, o angolar e o príncipe, em São Tomé e Príncipe; e o crioulo, na Guiné-Bissau.” (Lucchesi, 2016, p.75). Timbane e Manuel (2018) não concordam com a tese defendida por Lucchesi e asseveram que o “crioulo” guineense é uma língua de base das línguas africanas, em especial das línguas bantu. Dessa forma, com o intuito de sustentarem sua tese, os autores destacam os seguintes traços: primeiro, que

no crioulo guineense, a marcação dos tempos verbais aparece separada dos verbos. [...] crioulo: Ami n`kume **ba/badja**, Abo bu kume **ba/badja**, El i kume **ba/badja**, Anos no kume **ba/badja**, Abos bo Kume **ba/badja** e Elis e kume **ba/badja**. [...]. (Timbane e Manuel, 2018, p.119 – 120).

Segundo, “[...] os artigos definidos são ocultos/inexistentes na sentença. [...] crioulo: Ø Minino tchiga; Ø Badjuda bai skola Ø Rapaz kai. [...] Ex.17: português: **O** menino chega; **A** moça foi a escola e **O** rapaz caiu” (Timbane e Manuel, 2018, p.120). Terceiro, no que se refere ao uso de artigo indefinido, “[...] existe uma forma única do uso do artigo indefinido nas línguas africanas. Ex. crioulo: Un badjuda e Un rapaz [...]”<sup>9</sup>(Timbane e Manuel, 2018, p.120).

Whinnon (1956) também refuta os argumentos apresentados por Tomás e Walkhoff, pois:

o saber, a famosa língua franca do Medirerâneo, seria a fonte de todos os pidgins e crioulos de base europeia do mundo. [...] apesar de seu vocabulário formado com elementos de quase todas as línguas do mediterrâneo, a proporção da mistura varia de lugar a lugar (Whinnon, 1956, apud Bechara, 1973, p. 83).

Conforme Rodrigues (2019), uma outra tese sobre os pidgins e crioulos seria a contribuição do “jargão náutico”, defendida no ano de 1938, por Reinecke, ao ressaltar que essa língua contribuiu na formação dos pidgins e crioulos, devido à diversidade linguística existente “nas tripulações”. Ainda conforme Rodrigues (2019), a mesma ideia foi defendida por Muhlausler (1986), ao destacar a contribuição do inglês falado no navio para o surgimento de vários “crioulos ingleses”.

De acordo com Lucchesi (2016), uma outra situação que contribuiu no nascimento das línguas “crioulas” foi a intensificação comercial desenvolvida pelos colonizadores em várias zonas do continente africano, assim como na Ásia e Oceania. Por isso, é possível encontrar três categorias de crioulos: “crioulo de plantação, crioulo de quilombo e crioulo de forte” (Lucchesi, 2016, p.75).

Os crioulos de plantação mais conhecidos são “o crioulo francês do Haiti” e os “crioulos de base lexical inglesa”. Por seu lado, no que concerne aos crioulos do quilombo, os mais populares

---

<sup>9</sup> “[...] português: **uma** moça e **um** rapaz”. (Timbane e Manuel, 2018, p.120)

são: “o saramacan”, “o angolar” e “o palanquero”. O primeiro é falado no interior do Suriname, o segundo tem a sua comunidade de fala na zona sul de São Tomé e Príncipe e a terceira variedade é usada na Colômbia. Finalmente, em relação aos crioulos fortes, sobressaem os crioulos portugueses da Índia, que, atualmente, pelo fato de essas variedades se afastarem dos outros crioulos, estão desaparecidas. (Lucchesi, 2016).

Diante de tudo isso, podemos concluir que a teoria monogenética enfatiza uma única língua como aquela que deu suporte para o surgimento dos crioulos, sem o substrato das línguas indígenas e locais e, na maioria das vezes, essa língua de “base” é a língua do colonizador. (Bechara, 1973).

A tese poligenética, contudo, evidencia uma visão oposta à teoria monogenética, pois, conforme Bechara (1973), é aquela que apresenta teorias diversas sobre o surgimento dos crioulos. Ou seja, para os poligenéticos, os pidgins e crioulos têm suas gêneses nas línguas do colonizador e do povo colonizado. Dessa forma, Page (1901, apud Bechara, 1973, p.79), afirma que:

o francês haitiano é semelhante ao inglês da Jamaica porque os escravos, a quem os colonizadores ensinavam a língua "standard" simplificada, eram todos africanos. Havia um intercâmbio de formas entre eles, dando em consequência uma mistura de línguas europeias com elementos das línguas nativas da África.

Segundo Bechara (1973, p.78),

Uma teoria que teve alguma fortuna entre os estudiosos, apesar de sua abordagem simplista, foi a teoria do "baby talk". Segundo ela, cada pidgin e crioulo começava como uma espécie de linguagem infantil, usada pelos proprietários de fazendas e comerciantes para comunicarem-se com seus escravos, empregados e fregueses.

Portanto, em conformidade com a autora, essa forma de linguagem é usada para que haja uma fluidez na comunicação entre os colonizadores e os colonizados. À vista disso,

Cada falante europeu mutilava, deliberadamente, a própria língua, eliminando as flexões gramaticais, restringindo o número de traços fonológicos e esquemas sintáticos e limitando o vocabulário a poucas centenas de palavras. E o resultado desta sùmula linguística era descrito, por muitos especialistas, como uma corrupção da língua "standard", destinada a mentes pueris e de baixo nível intelectual, sem "status" de verdadeiro idioma. (Bechara, 1973, p.78, grifo nosso).

Para Rodrigues (2019), a teoria "baby talk" vê os pidgins e crioulos como se fossem línguas fundamentadas na comunicação infantil, bem como o uso de palavras de outras línguas. Por isso, vários documentos escritos por viajantes, no ano de 1876, evidenciaram que as pessoas que usavam o pidgin inglês na China, bem como crianças utilizavam um número reduzido de palavras. (Todd, 1992, apud Rodrigues, 2019).

Segundo Lucchesi (2016), com o intuito de compreender se há alguma diferença sobre o perfil da estrutura gramatical das línguas ditas crioulas e não crioulas, alguns estudos foram desenvolvidos. Por exemplo, Bakker e os seus companheiros, ao realizarem "[...]uma investigação empírica de larga escala sobre o estatuto das línguas crioulas como uma classe tipológica [...] produziram evidências de que crioulos formam um subgrupo estruturalmente distinto das outras línguas do mundo". (Lucchesi, 2016, p.75-76). Ainda consoante ao autor, essa particularidade estrutural dos crioulos, na maioria das vezes, é relacionada à "simplicidade morfológica". Por isso, alguns estudiosos, como por exemplo, Mc Whorter, asseveram que "as gramáticas mais simples do mundo são as gramáticas dos crioulos" (Mc Whorter, 2001, apud Lucchesi, 2016, p.76).

Aqui, outro ponto merecedor de debate: essa simplificação morfológica não aconteceu no processo de origem de outras línguas naturais?<sup>10</sup> Segundo Lucchesi (2016, p. 76), para sustentar a sua tese, Mc Whorter apresenta "a hipótese de que todas as línguas crioulas compartilhariam estas três propriedades: (i) ausência de fixação flexional; (ii) ausência de tom como um traço fonológico

---

<sup>10</sup> Retomaremos essa discussão nos próximos tópicos.

distintivo; (iii) ausência de derivação irregular”. Por conseguinte, para o autor, essa fragilidade se dá devido a essas línguas apresentarem as suas gêneses em uma outra língua “mal aprendida”, que pode ser um “pré-pidgin ou pidgin restrito”. Por isso, há vários contextos em que os mais velhos aprendem uma língua, por exemplo, no contato entre povos de línguas distintas, antes de adquirirem a língua do povo dominante, assim as pessoas desenvolvem uma comunicação usando os meios disponíveis naquela comunidade. Com o intuito de preservarem as suas línguas, os dominados preferem distanciar seus usos linguísticos dos de seus colonizadores. (Lucchesi, 2016).

Além disso, de acordo com o autor, no momento de aprender uma outra língua, o usuário estrutura algumas características que se aproximam da língua alvo. Dessa maneira, no primeiro momento, essas características são identificadas por falta de alguns elementos gramaticais, pois essas pessoas não tiveram acesso a outros elementos, além dos itens lexicais. (Lucchesi, 2016).

Segundo Lucchesi, (2016), com o intuito de compreender as características dos pidgins e crioulos, alguns trabalhos foram desenvolvidos, como, por exemplo, o de Bickerton, com a obra denominada de “A Teoria do Bioprograma da Aquisição da Linguagem”, que dominou as investigações desenvolvidas na Crioulística por vários anos. No referido trabalho, o pesquisador procurou compreender duas questões fundamentais: primeiro: por qual motivo a gramática das línguas “crioulas” era diferente da gramática da língua (lexificadora) de superstrato e das línguas de substrato?; segundo: por que os crioulos apresentavam uma estrutura gramatical comum, mesmo com a presença de várias línguas lexificadoras e de substrato? Os resultados desses trabalhos, consoante o autor, evidenciaram que o crioulo do Haváí teria sua gênese no “pidgin inglês do Haváí”, que na altura era usado pelos escravizados, mas, com o passar do tempo, se transforma em primeira língua para os filhos desses escravizados.

Por outro lado, consoante Roberts (2000, apud Lucchesi, 2016), essa visão de Bickerton foi questionada por vários

pesquisadores, que, ao desenvolverem trabalhos sobre a formação do crioulo inglês do Havai, constataram que os resultados apresentados anteriormente não eram verídicos, pois a gênese desse crioulo era formada de elementos da língua da primeira geração dos escravizados (substrato) e dos colonizadores (superstrato). Além disso, trabalhos sobre outros crioulos, como por exemplo o da Guiné-Bissau (Timbane e Manuel, 2018), apresentaram evidências claras de que a língua do substrato contribuiu muito na gramática da nova língua. Essa contribuição, segundo Lucchesi (2016), é designada por alguns estudiosos de “relexificação<sup>11</sup>”. Consoante Couto (1996, apud Rodrigues, 2019), o processo de relexificação foi desenvolvido por Stewart e, posteriormente, seguido por vários outros pesquisadores. Muysken empregou esse processo iniciado por Stewart para investigar alguns crioulos (Lucchesi, 2016), partindo:

da pressuposição de que crioulos de base lexical espanhola, francesa e outros seriam oriundos da relexificação do protocrioulo português. A base gramatical do protocrioulo teria sido mantida, mas o vocabulário de origem portuguesa, substituído pelo da “língua dos novos senhores”, ou seja, relexificado pelos grupos falantes da língua de superstrato. (Couto, 1996, apud Rodrigues, 2019, p.52)

Para Lucchesi (2016), da mesma forma, Lefebvre também usou esse processo ao estudar o crioulo do Haiti e, no final da pesquisa, constatou que essa língua apresenta um “substrato” das línguas africanas, em especial da língua “fongbe”. Dessa maneira, o trabalho de Lefebvre apresentou resultados que demonstraram que, por exemplo, “o artigo definido *la*” do haitiano, apesar de

---

<sup>11</sup> É “um processo mental que consiste em construir, em duas etapas, um novo léxico. Inicialmente, um falante copia uma entrada lexical da sua língua materna. Em seguida, substitui a forma fonológica por uma nova derivada da fonética da língua-alvo ou de superstrato. Com acesso limitado a essa língua-alvo, os falantes criam um repertório linguístico que procura reproduzir as formas fonéticas da língua de superstrato, mas conserva as propriedades semânticas e sintáticas das línguas de substrato” (Rodrigues, 2019, p.53).

adquirir as características fonéticas da língua francesa, “teria sido formado por meio da relexificação, pois há um nítido paralelo de suas propriedades gramaticais com as do artigo definido *ó* do ‘fongbe’, e os dois se diferenciam quantitativamente do artigo definido do francês”. (Lefebvre, 2002, apud Lucchesi, 2016, p.79). Além disso,

tanto o determinante *la* (e seus alomorfes *a*, *na*, *nan* e *lan*) do haitiano quanto o *ó* (e seu alomorfe *ón*) do fongbe exibem as seguintes características: (i) são pós-nominais; (ii) não se flexionam em gênero e número; (iii) têm um valor anafórico obrigatório, indicando que a informação veiculada pelo SN em que figuram já que é do conhecimento dos participantes da conversação- cf. exemplo (1); (iv) não podem ser usados com nomes de massa e com referência genérica –cf. exemplo (2); e (v) aceitam a interposição de uma oração relativa entre ele e o núcleo do SN, cf. exemplo (3). (Lefebvre, 2002, apud Lucchesi, 2016, p.79).

A seguir, segue o exemplo da citação de Lefebvre sobre a relexificação:

1 *liv la* (haitiano); *vî ó* (fongbe)livro DEF’o livro (do qual estamos falando). 2 *pen (\*la)* Bom pou lasante. (haitiano); *Wòxúnú (\*ó)* nyón nu lànmèyén. (fongbe)Pão (\*o) bom para saúde; ‘(\*o) pão é bom para saúde’. 3 *Mounn ki pati a.* (haitiano); *Súnù dé é yì ó.* (fongbe) Homem que saiu o; ‘O homem que saiu.’ ( Lucchesi, 2016, p.79).

Em pesquisa sobre o “crioulo” da Guiné-Bissau, Timbane e Manuel (2018) constataram o processo de “relexificação”, pois os resultados evidenciaram que, assim como vários “crioulos” falados no continente africano, a língua apresenta uma “base de línguas africanas”, já que, segundo os autores, na língua portuguesa,

os pronomes pessoais têm flexão no gênero, marcando o masculino e o feminino: ELE e ELA e no plural Eles/Elas. Enquanto que no guineense têm a única forma que não distingue o gênero: Elis

(guineense). Essa característica é frequente nas línguas bantu. (Timbane e Manuel, 2018, p.119)

Couto (1996) e Rodrigues (2019) apresentam outras teses sobre a gênese dos pidgins e crioulos, como, por exemplo: “teoria de aculturação”, teoria de “língua mista” a visão de “língua de reconhecimento”, teoria “criativista”, etc. Segundo Couto (1996), a primeira tese enfatiza a cultura no desenvolvimento dos pidgins e crioulos, no entanto os seus defensores apresentam ideias opostas, pois estudiosos, como Chaudenson, defendem que a cultura europeia desempenhou um papel fundamental na gênese dos pidgins e crioulos. Por essa razão, Couto (1996) ressalta que esses crioulistas denominam esse fenômeno de “crioulização cultural”, que por sua vez engloba várias esferas, como por exemplo: “a) crioulização musical, b) crioulização culinária, c) crioulização literária, d) crioulização medicinal, e) crioulização religiosa, f) crioulização arquitetônica, entre outras” (Couto, 1996, p.114). Ao passo que outros veem sob perspectiva diferente, como é o caso de Alleyne, que ratifica a importância das culturas africanas e dos povos dominados na formação dos crioulos.

Relativamente à teoria de “língua mista”, como o nome indica, é aquela que associa o nascimento dos pidgins e crioulos à mistura de várias línguas, devido ao contato linguístico de povos de línguas diversas (Rodrigues, 2019).

Por seu lado, a visão de “língua de reconhecimento” é aquela que atribui a gênese dos crioulos de “base lexical portuguesa” por meio de um “pidgin português<sup>12</sup>”. Essa visão ressalta que o surgimento do pidgin ocorreu em Portugal e não no continente africano. Finalmente, a teoria “criativista” é aquela que não se preocupa com as questões de substrato e superestrato, mas, pelo contrário, valoriza a criatividade das comunidades envolvidas no surgimento dos pidgins e crioulos. (Couto, 1996).

---

<sup>12</sup> Essa visão é semelhante ao que Bechara (1973) chamou de “protocrioulo português”.

Segundo McWhorter (2017, apud Silva, 2019, p. 7), há, ainda, “[...] dois grupos de crioulistas: os excepcionalistas (*exceptionalists*) e os uniformitários (*uniformitarians*) [...]”. Os excepcionalistas olham “[...] os crioulos como uma classe linguística de tipologia própria[...]”, ao passo que “os uniformitários” destacam que “[...] crioulos e pidgins são línguas como quaisquer outras línguas e não têm funcionamento ou características estruturais próprias que as diferenciam das demais línguas naturais que não recebem (ou receberam) o rótulo de crioulo ou pidgin”. (Mcwhorter, 2017, apud Silva, 2019, p. 7).

Relativamente às características dos crioulos, Couto (1996) sublinha a necessidade de considerar duas questões principais: fatores relacionados à estrutura e às condições sócio-históricas em que essas línguas se desenvolvem. Dessa forma, os primeiros fatores apresentam as seguintes particularidades:

1) número de fonemas menor do que o das línguas que entram em sua formação. 2) preferência pela estrutura silábica CV, em geral em vocábulos dissílabos. 3) ausência de quase total de morfologia derivacional e flexional. 4) as funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem, em geral SVO. 5) Léxico menos número do que o das línguas de superstrato e substrato. (Couto, 1996, p. 34 grifos nosso)

Ainda sobre os aspectos da estrutura dos crioulos, o autor apresenta alguns exemplos relacionados às mudanças fonológicas que aconteceram na passagem de português para o “crioulo” guineense:

1-º) consoante fricativas tendem a virar oclusivas: Viver> Bibi, chicotear> cikotia, beijo> beiju; 2-º) consoantes fricativas tendem a ensurdecer-se: Azeite> síti, casa>casa, azagaia> sagaya, rijo> risu; 3-º) /r/ e /r/ se fundem em um único /r/: Terra>terá, cera> será, caro> karu, carro>karu; 4-º) o fonema lateral palatal vira África da alveopalatal: velho>bedju, milho>Miju, olho>udju, palha> paja; 5-º) As vogais nasais viram a sequência V+cons. nasal: Chão>con, João>

jon, quente> kinti, sim>sin; 6-º) A distinção entre / e/ e / è/, por um lado entre / o// ò/, por um outro se neutraliza: Cera> sera, serra> sera, bota (susta) >bota, olho>oju; 7-º)As vogais tendem ao extremo do triângulo vocálico: Coco>Kuku, azeite> siti, saber> sibi, jogo> jugu".(Couto, 1996, p.51-52, grifo nosso)

Entretanto, no que diz respeito às peculiaridades sócio-históricas, o autor destaca os seguintes traços:

1) todos os crioulos conhecidos surgiram do contato de povos aloglotas que não se entendiam mutuamente, sendo que uma das línguas era sempre falada por um povo socioeconomicamente mais forte, em geral o colonizador... 2) em geral, os crioulos surgem em ilhas ou em regiões isoladas, critério conhecido como insularidade. No caso do crioulo português guineense, do crioulo francês da Guiana ou krio da Serra Leoa teríamos, segundo Chaudenson (1989, p. 23), "ilhas continentais". 3) Uma outra característica dos crioulos é, para ele, a exogenidade das populações. " As populações autóctones, quando existiam, foram perseguidas e exterminadas" idem, ibidem)... 4) para Chaudenson, só são considerados crioulos as línguas que surgiram do processo de colonização da Ásia, África e América pela Europa...( Couto, 1996,p grifo nosso)

No debate apresentado, temos questões que merecem reflexão: teria havido pidgins e crioulos como parte do processo de formação das línguas europeias, aos moldes do que é relatado nas ex-colônias? O português, francês e outras línguas naturais, apontadas como originadas do latim, teriam sido línguas crioulas em sua origem? Na formação das línguas europeias, estariam presentes as mesmas características estruturais e sócio-históricas atribuídas aos pidgins e crioulos? O português, francês e italiano apresentaram as chamadas "simplificações morfológicas" nas suas formações? Ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho, com base nos resultados de pesquisa, retomaremos a discussão, que também considerará os pressupostos da Sociolinguística, apresentados a seguir, para respostas a essas e outras questões.

## 1.2 A visão da Sociolinguística sobre as línguas

O surgimento da Sociolinguística contribuiu muito para o desenvolvimento da linguística, pois, de acordo com Cezario e Votre (2021), as correntes de estudo da linguagem, estruturalismo e gerativismo, não levavam em consideração as questões relacionadas à variação e mudança linguística. Na altura, acreditava-se que tais assuntos trariam transtornos para o campo de estudo de linguagem. Ainda conforme os autores, a Sociolinguística surgiu exatamente do inconformismo com essa forma de praticar a linguística, de um grupo expressivo de linguistas, capitaneados por figuras como William Bright, Henry Hoeningwald, John Gumperz, Einar Haugen, Raven MacDavid Jr., William Labov, Dell Hymes, John Fisher, William Samarin, Paul Friedrich, Andrée Sjoberg, José Pedro Rona, Gerald Kelley e Charles Ferguson e muitos outros que viram uma necessidade de incorporar as questões da variação e mudança linguística nos estudos da linguagem (Bright, 1966, 1974).

A sociolinguística é hoje uma subárea da linguística que “estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (Cezario e Votre, 2021, p. 141). Coelho et al. (2021, p. 13) concordam com a definição apresentada pelos autores e nos chamam atenção de que

a sociolinguística não é a única área que estuda essa relação. Existem outros campos dentro das ciências de linguagem que se dedicam, de alguma forma, ao estudo da língua no contexto social, como a Linguística Histórica, a Análise do Discurso e a Linguística Aplicada.

Além disso, “é importante que tenhamos consciência de que sociolinguística é um termo bastante amplo que engloba diferentes formas de olhar para essa relação” (Coelho et al., p.13-14). Temos, por exemplo, a sociolinguística variacionista, a interacional, a

educacional, dentre outras que se desenvolveram nas últimas décadas, como frutos da discussão iniciada na década de 1970.

De acordo com Rubio (2021)<sup>13</sup>, os critérios sociolinguísticos para definir o que é uma língua são: “a) poder ser aprendida ou adquirida como primeira língua por falantes de uma comunidade; b) ser uma forma de comunicação plena, que não depende de outra forma para o estabelecimento de relações sociais entre determinado grupo; c) Se diferenciar de outras línguas, não sendo mais compreendidas pelos que não a dominam.”

É importante destacar que, fora dos estudos sociolinguísticos, outros critérios, de natureza diversa, como política ou econômica, podem proporcionar visão deturpada do que seria uma língua. Avaliações pautadas, por exemplo, na importância da língua em determinado território, na existência da modalidade escrita, no prestígio no plano nacional ou internacional e na quantidade de falantes podem levar a uma visão equivocada, denominando línguas vivas, plenas e funcionais como dialetos ou sub-línguas.

A Sociolinguística, de modo geral, revela, de modo científico, que todas as línguas naturais estão sujeitas à variação e mudança e é exatamente essa característica que permitirá o surgimento de variedades de uma mesma língua e também a origem de novas línguas, o que é instanciado por fatores de ordem interna, chamados de linguísticos, e de ordem externa, chamados de extralinguísticos (Labov, 2008; Weinreich, Labov, Herzog, 2006). Uma variedade linguística pode ser definida como o modo de falar característico de determinado grupo de indivíduos em determinado local (Coelho et al., 2015).

Dentre os fatores extralinguísticos capazes de instanciar a variação e a mudança linguísticas estão os ligados ao contato entre povos e línguas dentro de determinado território, que influenciarão sobremaneira o processo de variação e futuras mudanças nos sistemas linguísticos em contato ou até mesmo para a origem de

---

<sup>13</sup> Anotações de aula, com base nos apontamentos de Coelho et al. (2015).

novos sistemas linguísticos, com a influência das línguas já existentes (Labov, 2008).<sup>14</sup>

Diferentemente da visão da Crioulística, os estudos sociolinguísticos apontam que a variação e as mudanças no sistema linguístico não ocasionam prejuízo, desestruturação ou incompletude em uma língua ou em uma variedade, haja vista sempre haver, na mudança, a adaptação do sistema como um todo, permanecendo completo, pleno e funcional, permitindo que seus usuários o empreguem sem qualquer prejuízo de comunicação (Weinreich, Labov e Herzog, 2006). Da mesma forma, à medida que uma nova língua surge como primeira língua de determinada comunidade e seja, por vezes, a única de domínio dos indivíduos a ela pertencentes, não se pode negar que ela possui plenitude e funcionalidade e, mais do que isso, não se pode afirmar ser ela mais simples ou “pobre” do que outras.

Considerando o multilinguismo presente no contexto da comunidade a ser investigada, tratamos, na sequência, da visão sociolinguística sobre o contato entre línguas.

### ***1.2.1 Sociolinguística de Contato***

Segundo Savedra et al. (2021), a Sociolinguística de Contato, como o nome indica, é uma parte da sociolinguística responsável pelas pesquisas que tratam de assuntos relacionados ao contato linguístico, usando o “[...] referencial teórico e metodológico da Sociolinguística [...]” (Savedra et al., 2021, p.3). Alguns autores,

---

<sup>14</sup> Cabe mencionar, neste ponto, que o contato entre povos e línguas ocasionado pela invasão e “colonização” não é exclusivo do continente africano ou das ex-colônias europeias, pois, antes disso, já havia sido experienciado por muitos outros povos, em outros territórios. Como exemplo, temos o amplo domínio romano no auge de sua expansão, que se estendeu da Itália, a Oeste, até a região de Portugal, e, a Leste, até o território grego, ocasionando o surgimento de novas variedades do latim e, posteriormente, das línguas românicas. Para além disso, a “invasão” muçulmana à Península Ibérica, que proporcionou contato entre árabes e povos locais durante 8 séculos, consequentemente, proporcionando também contato e convívio entre diferentes línguas e a origem de novas línguas.

como por exemplo Savedra, substituem o nome sociolinguística de contato por “[...] línguas em/de contato” para descrever essas pesquisas que abordam as variações e mudanças linguísticas que resultam de diferentes contextos e que retratam o uso das línguas envolvidas nas situações de contato (Heye; Savedra, 2003, apud Savedra et al., 2021, p.3).

Ao estudarmos o contato linguístico, encontraremos várias questões fundamentais, como por exemplo:

**i)** fenômenos que se referem à mudança induzida pelo contato, tais como: empréstimos; alternância de códigos (code-switching, code-mixing); estratégias de aquisição e uso de primeiras, segundas e n-línguas; bilinguismo/diglossia, plurilinguismo/ bilingualidade/plurilingualidade e aqueles que tratam da variação e da mudança (induzida ou não) das línguas envolvidas; **ii)** fenômenos que envolvem manutenção de línguas em situação minoritária, com ou sem prestígio, e também a revitalização linguística, como consequência da manutenção e do reconhecimento linguístico e cultural dessas línguas. Trata-se daqueles que, na maioria dos casos, ocorrem por pressões externas, como forma de autoafirmação e defesa de identidade linguística e cultural, geralmente motivados por ações políticas e glotopolíticas in vivo para então se tornarem ações in vitro; **iii)** fenômenos ligados a deslocamento, substituição e morte de línguas desde o apagamento ou language shifting até a morte de línguas...; **iv)** fenômenos que resultam na criação de novas línguas, como os pidgins e os crioulos, com reestruturação total da gramática (Holm, 2004, apud Savedra et al, 2021, p. 5-6)

Para Lucchesi (2008, apud Rubio; Cá, 2019, p.150), o contato entre as línguas:

é uma prática que sempre ocorreu na história das línguas humanas e é resultante da convivência e do estabelecimento das relações comerciais de troca, ou relações de domínio político, militar, de cultura ou de ideologia entre os povos que possuem línguas diferentes.

Savedra et al. (2021) concordam com a tese e afirmam que o estudo do contato linguístico era utilizado nas pesquisas desenvolvidas pelos neogramáticos no século XIX. Ainda, conforme as autoras, o primeiro livro que retrata as questões de contato linguístico é o de Uriel Weinreich “*Languages in Contact: Findings and Problems*”, publicado na década de 50. Na referida obra, o autor debate

[...] tópicos que são discutidos até hoje nas situações de contato, tanto na esfera individual como social, como os sistemas das línguas envolvidas, a vitalidade das mesmas, seu uso por domínios (familiar, social, escolar, administrativo) e a duração do contato. O autor também disserta sobre as línguas standardizadas, cristalizadas, e apresenta oportunidades metodológicas para investigação dos efeitos do bilinguismo, situações que hoje podem ser tratadas como situações de plurilinguismo/multilinguismo (Savedra et al, 2021, p. 4).

Por outro lado, as autoras ressaltam que, além de Weinreich, outro estudioso desempenhou papel fundamental na década de 50, na investigação do contato entre línguas, Einar Haugen. Na altura, Haugen defendeu que, além das propostas feitas por Uriel Weinreich, o estudo do contato linguístico pode ser desenvolvido “a partir de uma perspectiva ecológica”. Sendo assim, ele defendeu a necessidade de incluir o conceito de “ecology of language” (ecologia da língua) e, partindo de uma perspectiva política, introduziu o conceito de “language planning” (planejamento linguístico) (Savedra et al., 2021, p.4).

Para Peter (2015, apud Rubio e Cá, 2019, p. 15), são vários os motivos que “levam ao contato entre línguas, dentre eles, os mais frequentes são: problemas políticos, migrações de falantes que buscam ambientes mais sustentáveis economicamente ou necessidades de ampliar as oportunidades”. Entretanto, nessa convivência entre línguas diferentes, cada povo acaba contribuindo no desenvolvimento da língua do outro. Um exemplo claro é o que aconteceu na formação do português brasileiro, pois várias línguas

contribuíram para o seu desenvolvimento, por exemplo, língua dos povos originários (também denominados de “indígenas”), português falado pelos invasores portugueses, língua dos africanos escravizados, dos holandeses, dentre outros povos.

O mesmo processo aconteceu na formação do português europeu, pois, para Castilho (s.d.), houve contribuição de vários povos: os romanos, os árabes “[...] os bascos ou iberos, povo não Indo-europeu, e ainda os Celtas, os Ambroilírios, os Fenícios ou Cartagineses (a quem derrotaram) e os Gregos [...]” (Castilho, s.d, p. 15). Dessa maneira, encontramos representantes lexicais dessas línguas no português atual, como exemplo, podemos citar as de origem árabe:

[...] Pessoas e profissões: alfaiate, alfenim, alferes, alcalde (“juiz municipal”, diferente de alcaide, “governador do concelho”), almocreve, almotacé (funcionário encarregado da metrologia), almoxarife (“inspetor”), assassino, fulano, xerife (“nobre”). (Castilho, s.d, p. 25).

Considerando essa perspectiva sobre a origem da língua portuguesa, poder-se-ia questionar a afirmação simplista de que o português advém do latim, propondo uma reformulação, apontando que essa língua advém de um complexo caldeirão linguístico, com línguas locais e línguas de outros continentes (inclusive com contribuição de línguas de outras famílias linguísticas, além do indo-europeu), como mencionado por Castilho.

Vale ressaltar que, no contato linguístico, deparamo-nos com casos em que a língua dos imigrantes sofre censura em detrimento de outras línguas, assim como há algumas situações em que a língua dos imigrantes acaba se sobrepondo à língua dos nativos. Para compreender melhor esses contextos mencionados, vejamos os exemplos a seguir. No que se refere à língua de imigrantes censurada, podemos citar o que ocorreu no século passado no Brasil:

Em 1938, dentro da Campanha de Nacionalização estabelecida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, instalado em 1937, todas as escolas passaram ao controle do Estado, sendo atribuído a ele o “direito único e exclusivo em matéria de ensino e educação...os falantes de variedades de imigração, as escolas comunitárias tiveram que abolir o ensino do Alemão e os professores locais foram substituídos por profissionais enviados pelo governo (Rambo, 1994, p. 81, apud Savedra et al, 2021, p. 15).

Ao passo que, no cenário em que a língua dos imigrantes acaba se sobrepondo à língua dos nativos, temos o contexto vivenciado em vários países africanos, hoje, de língua oficial portuguesa (PALOP), bem como em algumas colônias francesas em África. Por exemplo, na Guiné-Bissau, as línguas locais e o guineense (“crioulo guineense”) sofrem censura por parte da língua do colonizador, pois o português é tido como oficial e de prestígio (Rubio e Cá, 2019). Essa discussão será retomada no capítulo sobre políticas linguísticas na Guiné-Bissau.

Da década de 1950 até hoje, há um número considerável de trabalhos que se debruçam sobre o contato entre línguas. Por exemplo, no Brasil, podem-se destacar os trabalhos de Charlotte Emmerich<sup>15</sup> e Rosa Amado<sup>16</sup>, dentre outros. (Savedra et al., 2021).

### **1.3 A visão da Ecolinguística sobre as línguas**

A Ecolinguística é uma subárea da Linguística que se dedica ao “[...] estudo das relações entre língua e meio ambiente [...]” (Couto, 2007, p. 126). Ainda conforme o autor, comparando a Ecolinguística com outras áreas de estudo da linguística, trata-se de uma corrente muito nova, que, ao longo do seu desenvolvimento,

---

<sup>15</sup> A tese de doutorado de Emmerich propõe uma análise variacionista da concordância de 1ª pessoa do singular na língua do Alto Xingu, com base em dados coletados entre 1976 e 1978.

<sup>16</sup> O trabalho de Amado fornece um retrato significativo do Português dos Timbira e aponta que, nessas etnias, os homens falam português, enquanto a maioria das mulheres apenas entende essa língua.

recebeu várias nomenclaturas, tais como: linguística ecológica, ecologia linguística, ecologia da língua e ecologia das línguas, conforme a orientação específica do seu praticante. Haugen não usou a expressão "ecolinguística", mas sim "ecology of language" e "language ecology" (Garner, 2015, p. 13).

Dentre os pioneiros da Ecolinguística, destacam-se Voegelin e Noel W. Schutz Jr, que desenvolveram, no ano de 1967, um trabalho denominado "The language situation in Arizona as part of the Southwest culture area" (Haugen, 1972, apud Couto, 2016). Os pesquisadores daquela época desenvolveram um grande trabalho, mas não consideraram "que a língua constituía-se em parte do meio ambiente" (Haugen, 1972, apud Couto, 2007, p. 29). Com o passar do tempo, a Ecolinguística se consolidou no ambiente acadêmico, graças ao trabalho desenvolvido, no ano 1979, por Haugen. No referido trabalho, o autor fez um estudo do faroês (ou feroês), empregado em uma ilha isolada, localizada entre a Islândia e a costa da Noruega, acima das ilhas Shetland da Escócia.

Ainda de acordo com Couto, após as contribuições de Haugen,

[...] apareceram outros interessados em ecolinguística. Ainda na década de 70, o sociolinguista canadense William Mackey dedicou dois estudos ao assunto. O primeiro (Mackey 1979) tratou da questão do contato de línguas, um dos objetos mais freqüentemente mencionados pelos ecolinguistas [...] Em Mackey (1980), o autor tratou da ecologia da mudança linguística. Uma vez que a mudança resulta do contato de línguas, no fundo o motivo para a abordagem ecológica aqui é o mesmo. Como no texto anterior, salientou que a língua não é um organismo nem uma coisa, pois, [...] a ecologia está interessada mais nas inter-relações entre seres do que nos próprios seres encarados de modo reificado[...] (Couto, 2007, p. 14).

Comparando a Ecolinguística com outras áreas de estudo de linguística, por exemplo, a Sociolinguística, encontramos algumas semelhanças e diferenças. No que diz respeito às semelhanças, as duas correntes enfatizam a importância do contexto social em que as línguas nascem. Ao passo que a diferença "[...] entre elas reside

no fato de a Sociolinguística associá-la apenas ao social”. (Couto, 2016, p.88). Por seu lado, a Ecolinguística, além de reconhecer a língua em contexto, engloba “alguns meios ambientes básicos da língua”, como, por exemplo, “[...] o ecossistema natural da língua, ecossistema mental da língua e o ecossistema social da língua [...]” (Couto, 2016, 88-89).

Dessa maneira, o meio ambiente natural da língua ou ecossistema natural da língua tem grande importância, pois contribui para o desenvolvimento dos demais, sendo denominado de ecossistema fundamental da língua. Esse tipo de meio ambiente natural ou “ecossistema natural da língua” é

constituído por povo (P1) concreto, como os kamaiurás, vivendo em seu território (T1) no interior do Parque Indígena do Xingu. Os indivíduos, como seres carne e osso e com nomes próprios, convivem nesse território e interagem entre si pelo modo tradicional de interagir, a língua (L1) kamaiurá [...] no interior desse ecossistema, povo e território constituem o meio ambiente natural da língua, P1+T1. (Couto, 2016, p. 88).

O mesmo exemplo pode ser encontrado na Guiné-Bissau, no contexto dos povos fulas, (ou qualquer grupo étnico no país) que vivem nos seus respectivos territórios (Bafatá) no leste do país. Pessoas com os seus nomes (*Mamadû, Patê/Parê, Mussa, Alai, Iaia, Umu, Lamarana, Wúri, Maia, Boncô, Wálî, M'bana, Morto, Fida, Dito, Batchi, Alarba*, etc.) que interagem na língua *pular* (fula) ou em outras línguas étnicas.

Por sua vez, o ecossistema mental da língua, que também é denominado por alguns autores como meio ambiente mental da língua

é um dos mais difíceis de se estudar, quando não pelo fato de requerer aparelhagem sofisticada. Ele vem sendo estudado parceladamente por ciências como a neurolinguística e outras neurociências, pela psicolinguística, pela biolinguística e pelo conexionismo, entre outras ciências. (Couto, 2009, p. 129).

Esse ecossistema ou meio ambiente é constituído pelo cérebro e a mente, ou seja, P2+T2, pois,

[...] é no cérebro que a língua (L2) como realidade mental é formada, armazenada e processada. Ele é o locus das interações linguístico-mentais, o "território" (T2) em que se dão as conexões neurais, que constituem a mente, que, por sua vez, é o cérebro em funcionamento, logo, o lado "população" desse ecossistema linguístico (P2). (Couto, 2016, p. 88).

Finalmente, o ecossistema social da língua, que compreende a relação entre língua e sociedade, sendo o mais notável dos três, o que levou, inclusive, Haugen a apontar, em 1972, que "o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade" (Couto, 2009, p. 130). Em outras palavras, o ecossistema social da língua:

consiste da totalidade dos indivíduos como seres sociais, como interindividualidades ou intersubjetividade que constituem a coletividade que é o aspecto "população" desse ecossistema (P3). O aspecto "território" o locus das interações entre os indivíduos e os grupos e a sociedade, representada por T3 [...] o meio ambiente social da língua é constituído pela coletividade, isto é, P3+T3. (Couto, 2016, p. 88-89).

O ecossistema natural de língua tem papel fundamental na Ecolinguística, pois esse ecossistema nos facultará algumas informações ao estudarmos qualquer língua natural, como podemos observar na citação a seguir:

[...] a distribuição dos indivíduos de P pelo espaço (T) determina muitas das características de L. Assim, se T é de pequenas proporções, como sói acontecer com o T das pequenas comunidades ameríndias e africanas, L tende a ser relativamente homogênea. Se T abrange grandes extensões de terra, como o inglês, L tende a apresentar mais variação interna. Por fim, o nível intelectual e tecnológico a que os membros de P chegaram também pode afetar a natureza de L, sobretudo o vocabulário, mas não só, como, por

exemplo, a morfologia, sobretudo na de formação de palavras, que tem a ver com ele. (Couto, 2009, p. 128 - 129)

Por outro lado, a noção de território é contestada por alguns ecolinguistas. Algumas línguas, como por exemplo, “línguas ciganas, hebraico e Libras” não se encaixam no critério apresentado pela ecolinguística, pelo fato de não apresentarem um território específico. Couto apresenta as seguintes justificativas no que diz respeito à língua de povos ciganos:

deve ser dito que o T de sua Ecologia Fundamental da Língua (EFL) existe no centro norte da Índia. O problema é que eles saíram de lá há quase mil anos. Mais importante ainda, eles não têm mais a memória desse fato, não se lembram mais de que provêm de lá, o que não significa que não tenha provindo de lá (Couto, 2007, p.20).

A nosso ver, a noção do território precisa ser debatida, já que as línguas perpassam por diferentes territórios, devido a questões históricas e sociais. Como por exemplo, as línguas europeias, africanas e várias línguas naturais, nas suas formações, transitaram por vários territórios. No caso de algumas línguas europeias, podemos citar a língua portuguesa, que, nos primeiros momentos, restringia-se a um pequeno território da Península Ibérica. Segundo Castilho, (s.d, p. 31) “[...] os primórdios do Galego-Português coincidem com a criação do Reino de Portugal. [...] Enquanto o Reino se consolida, o galego-português vai ocupando os novos territórios, deslocando-se do Norte para o Sul”. Dessa maneira, “essa língua românica foi adotada pelos moçárabes, pelos muçulmanos que tinham permanecido na península, e por outros contingentes que desciam do Norte para ocupar as terras abandonadas pelos árabes”. (Castilho, s.d, p. 31). Nos próximos capítulos, trataremos de mais questões relacionadas à origem e formação das línguas naturais, trazendo à tona o debate sobre o território de uma língua.

No que se refere às línguas africanas, a língua fula seria um ótimo exemplo de fluidez territorial, pois existem documentos que demonstram o deslocamento dos fulas por várias localidades do vasto continente africano. Como podemos observar na citação a seguir:

Pastores nômades, especializados na criação de gado bovino, os fulas, vieram, sem dúvida, do vale do Nilo para a África Ocidental, atravessando o Saara com as suas manadas, na época em que o actual deserto era ainda húmido (PAIGC,1974, p. 66).

Por outro lado, com o advento da tecnologia, a visão do território pode ser discutida, pois as línguas, além de apresentarem território amplo, apresentam microterritórios, para além das comunidades de fala, como as comunidades de práticas e as redes sociais, dentre outras.

Se para comunidade de fala, segundo Labov (apud Coelho et al., 2021, p. 68), associamos a definição e noção de território, já que seria um grupo de falantes que compartilha as normas a respeito do uso dessa língua em determinado local, para comunidade de práticas, essa necessidade de compartilhamento territorial não é tão clara, haja vista dizer respeito a práticas sociais compartilhadas por indivíduos reunidos em torno de objetivos comuns, relacionando crenças e valores, formas de desenvolver tarefas e o modo de falar. Para melhor ilustração, podemos citar um grupo dos estudantes guineenses residentes no Brasil, que convivem no dia a dia com a língua portuguesa, mas que empregam o guineense para compartilharem experiências relacionadas à vida no país. Esses estudantes estão fora da Guiné-Bissau e espalhados por todo o vasto território brasileiro.

Da mesma forma, as redes sociais, que se definem, em termos sociolinguísticos, como “redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida cotidiana, que variam de um indivíduo para outro e são constituídas por ligações de diferentes tipos, envolvendo grau de parentesco, amizade [...]” (Milroy, s.d., apud Coelho et al, 2021, p.68), são bons exemplos de emprego da língua desvincilhado

da necessidade de determinação territorial, principalmente se considerarmos que as ferramentas tecnológicas proporcionam atualmente a conexão entre pessoas em todo o mundo.

Como exemplo, podemos mencionar as complexas redes formadas pelos mesmos estudantes guineenses, citados anteriormente, com outros estudantes, dos mais variados países, como Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, com sua família, com seus amigos no país natal e com indivíduos dos locais onde residem no Brasil.

Essas reflexões apontam a necessidade de uma discussão mais profunda a respeito da visão de território de uma língua e dos apontamentos da Ecolinguística sobre a influência desse fator nos usos linguísticos.

Considerando a complexidade das relações linguísticas e as questões ainda não solucionadas, a Ecolinguística, atualmente, se divide em exoecologia linguística e endoecologia linguística. A primeira tendo por finalidade estudar:

[...] o mapeamento linguístico do meio ambiente, mostrando como cada cultura denomina itens da fauna, da flora e do meio ambiente em geral, mediante a nomeação de aspetos do entorno (referência). Ela estuda ainda o multilinguismo, o contato de línguas, as políticas linguísticas, questões de ambiente etc. (Couto, 2016, p.89-90).

Ao passo que a segunda subárea, endoecologia linguística, é pouco desenvolvida em relação à primeira. No entanto, é possível encontrar alguns trabalhos na área da linguística neurocognitiva. (Lamb, 2000, Makka, 1993, apud Couto, 2016).

Para Couto (2007, p. 92), no estudo do contato linguístico, “vários estudiosos [...] têm falado em ‘mescla’, ‘portunhol’, ‘interlíngua’ situações instáveis [...]”. Justamente neste ponto, surge uma questão fundamental que será retomada mais adiante: existiria língua natural pura? Haveria alguma língua que não tenha passado pelo contato com outras línguas ao longo de sua formação?

## 1.4 Alguns conceitos relacionados às línguas

Neste tópico, abordam-se os conceitos de primeira língua (língua materna), segunda língua, língua de herança, língua nacional, língua oficial, língua majoritária, língua minoritária, língua estrangeira e língua étnica.

A língua materna ou primeira língua, de acordo com Gass e Selinker (2008, apud Bento, 2013, p.3) é:

aquela que é adquirida primeiramente e através da qual o ser humano se expressa de forma natural e compreende o meio envolvente. Além de ser o primeiro sistema linguístico de socialização da criança adquirido em contexto familiar, ela constitui também um elemento de identidade e proporciona ao indivíduo um sentido de pertença a um determinado contexto cultural e social. A sua aprendizagem em contexto formal pode ser realizada numa fase mais tardia, como forma de desenvolvimento da literacia, da consciência metalinguística e, eventualmente, de promoção e consolidação de certas estruturas gramaticais adquiridas, e pode coincidir com a aprendizagem de línguas não maternas (LNM), designadamente LS e LE, assim denominadas por serem adquiridas numa fase posterior à LM.

Por exemplo, na Guiné-Bissau, uma criança que nasce numa família fula, adquire essa língua como sua primeira língua, pois é o primeiro meio de comunicação que os pais desenvolvem junto dela, além disso, essa língua carrega vários traços da etnia fula. Nessa mesma perspectiva, podemos considerar qualquer criança de famílias de outros grupos étnicos: *balantas*, *mandingas*, *mandjakus*, *biafadas*, *pepélis*, *nalus*, *sussus/sôssôs*, *bramês*, *budjukus*, *sarankulês*, *djakankas*, *padjadinkas*, *fulups*, *mansonkas*, etc.<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A grafia das etnias está em itálico e negrito, mostrando como os falantes denominam essas línguas e justamente para opor a forma como os colonizadores representam a nomenclatura dessas línguas (Beafada, papel, bijagó, manjaca, mancanha, etc.)

No entanto, em alguns casos, a língua guineense exerce o papel de primeira língua (L1) para crianças que foram expostas a essa língua, ou seja, aquelas cujos pais não se comunicam ou não tem domínio das línguas étnicas. Esse caso é mais frequente na capital do país, Bissau.

Por seu lado, a segunda língua, como o nome indica, é aquela que o indivíduo

domina, depois da LM, desempenhando um papel igualmente importante para a comunidade onde o aprendente se insere. Podendo ser reconhecida como língua oficial ou co-oficial e ser detentora de um estatuto definido, ela é também língua de escolarização [...] (Bento,2013, p.3).

No que se refere ao exemplo de segunda língua, voltemos ao caso da Guiné-Bissau, a criança que adquiriu fula como primeira língua (ou outra língua de sua etnia) e, com o passar do tempo, devido ao multilinguismo presente no território e à necessidade de se comunicar em sociedade, acaba adquirindo a língua guineense, que serve como elo interétnico, ou seja, é usada por pessoas de etnias diferentes para comunicação entre si. Em relação às crianças que têm o guineense como LM, a língua portuguesa é L2.

Como já mencionado, na Guiné-Bissau, em algumas situações, a língua materna étnica e a segunda língua (o guineense) são desvalorizadas, visto que não são reconhecidas como línguas oficiais e nem línguas de escolarização. Por exemplo, consideremos um indivíduo que nasceu em Bafatá ou Gabu e tem a língua fula como primeira língua. Com o passar do tempo, devido às necessidades de comunicação diária com pessoas de outros grupos étnicos<sup>18</sup>, adquire o guineense como segunda língua (L2). Nas instituições estatais, entretanto, por não existirem políticas linguísticas de reconhecimento dessas línguas, há, compulsoriamente, por parte desse indivíduo, a necessidade do emprego da língua oficial do país,

---

<sup>18</sup> Balantas, beafadas, bijagós, felupes, mandingas, mancanhas, manjacos, papeis, etc.

o português. Essa se constitui em uma realidade multilinguística, que já fora retratada nos estudos de Cá e Rubio (2019), Rubio e Cá (2019), Rubio (2021) e Rubio (2023).

O conceito de língua de herança “[...] remete a ideia de que alguém recebe de gerações passadas uma língua, a qual deve tomar posse como uma continuidade familiar e como uma necessidade de delimitação identitária [...]” (Jennings-Winterle e Lima-Hernandes, 2015, apud Lima-Hernandes, 2016, p.98). No contexto da Guiné-Bissau, as línguas étnicas e o guineense (para filho dos que não têm domínio das línguas étnicas), transmitidas de geração a geração, principalmente, fora do seu espaço de uso (Brasil, Portugal, França, Argentina, Inglaterra, etc.) preservando também aspectos culturais e identitários do grupo, seriam exemplos de línguas de herança entre os guineenses. São exemplos de línguas de herança, no Brasil, as línguas locais preservadas pelos povos originários, que são transmitidas aos descendentes.

Chamamos de língua nacional o idioma falado pela maioria da população de um determinado território. Normalmente, é a primeira língua dos seus usuários e é também a língua oficial do território. Nesse contexto, é também a língua valorizada pelo estado e, por ser reconhecida como língua oficial, também é empregada no ensino. No Brasil, a língua portuguesa, além de oficial da nação, também é língua nacional, já que é a forma de comunicação predominante no país, em número de usuários e em emprego na comunicação (Cá e Rubio, 2019).

Há, porém, contextos específicos, como o que ocorre na Guiné-Bissau, nos quais a língua nacional e a língua oficial não são as mesmas. No país, embora o guineense seja a língua nacional, de domínio da maior parte da população, não é a língua oficial do país. Essa caracterização irá impactar diretamente no status dessa língua na comunidade, pois a língua empregada nas instituições públicas e

privadas e no ensino é o português, a única língua oficial do território.<sup>19</sup>

Como apontado, a língua oficial, na maioria das nações, é também a mais empregada no território, entretanto, como afirma Petter (2015), em países africanos, essa realidade é diferente, pois a língua tornada oficial é a língua dos colonizadores, independentemente do fato de ser a língua de maior emprego naquele local<sup>20</sup>. Em conformidade com a autora, alguns países africanos até adotaram as línguas autóctones como oficiais, junto das línguas dos colonizadores, como, por exemplo: “o amárico é língua oficial da Etiópia; o suaíli é língua oficial da Tanzânia, Quênia e Uganda; o setsuana é língua oficial do Botsuana. Em todos esses países, o inglês é a segunda língua oficial.” (Petter, 2015, p. 196).

Na Guiné-Bissau e em outros PALOP, no entanto, há uma única língua oficial, a do ex-colonizador, o português, e, apesar de não apresentar um número tão expressivo de falantes quanto o guineense, é valorizada tanto pelo estado quanto pela elite guineense (Cá e Rubio, 2019).

Há ainda o conceito de língua majoritária que está relacionado aos conceitos anteriores, já que majoritária é a língua que, em determinado local, não necessariamente um país, é empregada por maior número de usuários. Nesse contexto, a língua é majoritária por se opor a outras que são empregadas por menor número de usuários, as línguas minoritárias. As línguas minoritárias, conforme aponta Petter (2015), por possuírem número reduzido de usuários e desprestígio frente a língua majoritária, correm risco de extinção<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Em estudo sobre a avaliação linguística das línguas e das variedades de português em Guiné-Bissau, Rubio e Cá (2019) constataram que a língua portuguesa possui maior prestígio e status mais elevado do que as línguas étnicas e do que o guineense, apesar de este ser mais empregado no país.

<sup>20</sup> Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique são exemplos dos países que adotaram a língua do ex-colonizador como oficial.

<sup>21</sup> Há de se considerar, todavia, o status dessa língua na comunidade, pois, em casos excepcionais, embora não seja língua majoritária, a língua pode possuir prestígio interno e externo, como ocorre com a língua portuguesa em Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau, a língua guineense é majoritária no país, apresentando maior quantidade de falantes que as línguas étnicas e o português, consideradas minoritárias. A configuração, entretanto, das línguas étnicas e do português, com base em outros aspectos, é bem diferente, já que as primeiras são desprestigiadas e correm risco de se extinguir, e este último é prestigiado dentro e fora do país.

O conceito de língua estrangeira, segundo Carvalho (2011, p. 32), relaciona-se à forma de comunicação que o indivíduo aprende “[...] em ambientes totalmente fora do qual se fala a língua em questão. Esse ensino acontece de maneira formal, com livros didáticos, em instituições de ensino, visto que os aprendizes não estão no contexto de imersão.”. Leiria (1999) apresenta a mesma concepção e ressalta que o indivíduo decide aprender uma língua estrangeira com intuito de ser fluente e conviver com pessoas de outras localidades que apresentam uma língua diferente.

A título de ilustração, retornaremos ao contexto guineense, pois, como já aludido, o país apresenta uma situação linguística muito rica, com as línguas étnicas, geralmente, sendo aprendidas em casa, o guineense, na comunidade ou em casa, e o português no ambiente escolar (Rubio, 2021). Além disso, é possível verificar outras línguas que permeiam o território, consideradas estrangeiras, por não apresentarem comunidades, no território, que as adquirem como primeira língua, e que são aprendidas formalmente, por exemplo, árabe, inglês, francês, espanhol e italiano. A aprendizagem do árabe no país, por exemplo, tem diferentes focos, dentre os quais: a prática da religião islâmica; a atividade de tradução nas instituições do estado; e a possibilidade de estudos nos países árabes: Marrocos, Arábia Saudita, Mauritània etc. Do mesmo modo, a aprendizagem do italiano e espanhol, na maioria dos casos ocorre com fins religiosos e educacionais. No caso do francês e inglês, os objetivos são semelhantes, considerando-se, além disso, o prestígio internacional das

línguas<sup>22</sup>. Importa destacar que Guiné-Bissau é um território de pequena extensão, ainda dependente de outras nações, principalmente, do ponto de vista econômico, sendo assim, o acesso a outras línguas permite também o acesso a outros países.

Finalmente, o conceito de língua étnica, como a própria denominação indica, é a língua que determinado grupo étnico possui e compartilha. Além de servir como meio de comunicação entre os seus usuários, carrega os traços culturais do seu povo. Na Guiné-Bissau, por exemplo, a língua fula<sup>23</sup> ou pular é usada pelos povos fulas; o balanta é empregado pelos balantas.

Após esse apanhado sobre os conceitos e exemplos de primeira língua, segunda língua, língua de herança, língua nacional, língua oficial, língua majoritária, minoritária, língua estrangeira e língua étnica, discutiremos, no próximo tópico, questões relacionadas ao bilinguismo eletivo ou circunstancial, bilinguismo compulsório, plurilinguismo, multilinguismo e code-switching.

## 1.5 Contextos de contato linguístico

Há diferentes contextos de bilinguismo e multilinguismo envolvendo falantes ou comunidades de fala, que surgirão por fatores externos de natureza social, cultural ou histórica. As configurações podem assumir diferentes características, ocasionando bilinguismo eletivo ou circunstancial, bilinguismo compulsório, code-switching, plurilinguismo e multilinguismo.

O bilinguismo eletivo ou circunstancial é um bilinguismo que ocorre “quando a pessoa escolhe aprender outra língua. Quando a aprendizagem ocorre para melhor atuar em alguma circunstância” (Ortiz-Preuss, 2011, apud Ortiz-Preuss e Álvares, 2014, p. 405). Um

---

<sup>22</sup> Países que fazem fronteira ou que se encontram próximos da Guiné-Bissau (Senegal, Guiné Conacri, Mali, Gâmbia, Nigéria, Etiópia, etc.).

<sup>23</sup> Para saber sobre a língua fula e a cultura dos seus povos, conferir Djaló e Carvalho (2021), disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/859>.

exemplo desse tipo de bilinguismo seria o inglês ou francês para guineenses ou qualquer nativo dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Ao passo que o bilinguismo compulsório acontece “quando uma língua é imposta pelas organizações estatais ou não do país (a escola, por exemplo), sem que o falante tenha opção de aquisição ou não” (Rubio, 2023). Exemplo do bilinguismo compulsório pode ser encontrado na Guiné-Bissau, com a oficialização e ensino da língua portuguesa nas escolas, embora a população do país possua o guineense ou uma língua étnica como primeira língua (Cá e Rubio, 2019).

Por sua vez, o multilinguismo, segundo Petter (2015), é o termo usado para mencionar pessoas ou comunidades que têm capacidade de usar várias línguas. Por exemplo, na Guiné-Bissau, como veremos na análise dos resultados, é possível encontrar pessoas que falam mais de duas línguas, sendo, por exemplo, a língua de sua etnia, o guineense e o português (e, para além disso, o francês ou/e o inglês ou/e o árabe etc.).

O termo plurilinguismo, embora seja visto como sinônimo de multilinguismo, é um contexto mais relacionado a um território ou local, denominando uma realidade na qual há convivência e presença de várias línguas. (Petter, 2015). Para ilustrarmos melhor, tomemos como exemplo a Guiné-Bissau e Moçambique, dentre outros países africanos que se apresentam como territórios plurilíngues, por possuírem várias línguas diferentes. Da mesma forma, o Brasil é um território plurilíngue, por possuir considerável número de línguas em seu território, principalmente, se somadas as línguas dos povos originários.<sup>24</sup> Esse plurilinguismo do país, entretanto, não faz dos seus habitantes multilíngues, haja vista a maior parte da população dominar e empregar somente a língua portuguesa.

---

<sup>24</sup> Dados mais recentes do IBGE apontam que o Brasil possui 305 etnias e 274 línguas “indígenas” (contemporaneamente, denominados povos originários. Fonte: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>

No que concerne ao code-switching, último conceito a ser definido neste tópico, segundo Mozzillo (2008, p.3), é uma “[...] alternância de código na conversação bilíngue”. Assim sendo, para Dabène e Moore (1995, apud Mozzillo, 2008), podemos classificar o code-switching em três categorias: intra-sentencial, intersentencial e entre enunciados.

Dessa maneira, a primeira categoria

[...] ocorre quando, dentro de uma mesma sentença, o falante realiza a alternância entre os dois sistemas de que dispõe fazendo inserções, tanto sob a forma unitária (apenas um elemento da frase é afetado), quanto sob a forma segmental (segmentos de uma língua se alternam com partes da outra dentro da mesma frase deixando ambas inalteradas). O caso mais freqüente é o da inserção no discurso de palavra de outra língua. Tal inserção pode ocorrer com perfeita adaptação à estrutura e à pronúncia da língua na qual se desenrola a conversação, porém, contrariamente, o item ou o segmento podem não sofrer nenhuma espécie de adaptação à língua de base sendo pronunciados exatamente como no original. (Mozzillo, 2008, p.5-6)

Essa alternância intra-sentencial, em Guiné-Bissau, contexto desta investigação, pode ser encontrada, por exemplo, na fala de alguns fulas que, ao se comunicarem no guineense, alternam elementos das duas línguas: *kinku*<sup>25</sup> *defi*<sup>26</sup> *mbotari*<sup>27</sup> *aôs*<sup>28</sup>? (Quem fez o almoço hoje?).<sup>29</sup>

Ao passo que a segunda categoria, “code-switching intersentencial”

[...] acontece no momento em que as línguas se alternam de uma sentença a outra. Tal alternância não ocorre dentro do mesmo turno

---

<sup>25</sup> No guineense significa quem.

<sup>26</sup> Na língua fula significa cozinhar.

<sup>27</sup> É um termo usado na língua fula que significa almoço.

<sup>28</sup> Advérbio de tempo, que na língua guineense significa hoje.

<sup>29</sup> Fula é o nome de um grupo étnico presente na Guiné-Bissau e em boa parte da África Ocidental.

da conversação, mas em turnos próximos e dentro do mesmo tópico de conversação, o que significa que uma sentença é produzida em uma língua e a seguinte, correspondente ao próximo turno do mesmo falante, na outra. (Mozzillo, 2008, p.6)

Finalmente, o “code-switching entre enunciados”

implica alternar para a outra língua após um período bastante longo de uso da primeira. Ocorre no curso de um mesmo diálogo, quando a primeira frase pronunciada na língua de base da interação encontra-se relativamente distante da primeira frase pronunciada no sistema alternativo. (Mozzillo, 2008, p.6)

Para Porto (2007), que propõe uma revisão de estudos sociolinguísticos sobre o code-switching, trata-se de uma estratégia de grande relevância discursiva e, dessa forma, é importante considerá-lo como fenômeno interacional, com uma abordagem não somente descritiva, mas que abarque um modelo teórico explicativo e preditivo das instâncias dentro do discurso bilíngue, avaliando também aspectos extralinguísticos envolvidos no processo e contribuindo para o preenchimento desta lacuna na área de línguas em contato. Com base, inclusive, na consideração dos diversos aspectos relacionados às línguas, propomos, na sequência, complementação de discussão, com base na visão da Ecolinguística.

## **1.6 Sobre a origem e formação das línguas naturais**

No que concerne à origem e formação das línguas naturais, em conformidade com Castilho (s.d), encontraremos várias teses sobre o assunto. Basso e Gonçalves (2014) ressaltam que existem duas teses defendidas relativamente ao surgimento das línguas naturais: monogenética e poligenética. A primeira enfatiza que as línguas apresentam uma única gênese, ao passo que a segunda tese não leva em consideração a unicidade genética das línguas, ou seja, para essa tese, ao estudar qualquer língua natural, encontraremos

contribuição de várias línguas. Essa segunda seria a mais aceita, pois, grande parte dos trabalhos descritivos demonstra que não existe uma “língua pura”, mas sim línguas que denotam as mais variadas contribuições ao longo de sua história.

Em relação às línguas europeias, segundo relatam Basso e Gonçalves (2014), num primeiro momento, devido a algumas aproximações detectadas entre o latim e o grego, os trabalhos desenvolvidos por não linguistas, antes do século XIX, apontavam que o latim tinha sua gênese no grego, ao passo que este último tinha surgido graças ao hebraico. Mas, com o passar do tempo, essa tese foi abandonada, por dois motivos: primeiro, “devido ao interesse crescente pelas línguas do oriente, que passaram a ser mais conhecidas pelo ocidente europeu, em virtude dos contatos crescentes entre os povos” (Basso e Gonçalves, 2014, p.20); segundo, graças ao surgimento da “linguística histórico-comparativa” e ao desenvolvimento dos trabalhos realizados por vários comparatistas, que tinham, dentre outras finalidades, identificar as línguas que apresentavam a mesma gênese, em especial o latim e o grego. Dessa forma, consoante aos autores, após essas investigações, os resultados de algumas pesquisas, como, por exemplo, a de Jones (1786), apontaram que o sânscrito tinha alguns traços muito parecidos aos do latim e do grego.

Ainda conforme os autores, foi nesse século que a linguística começou a sobressair-se, pois pesquisadores como Rask, Grimm, Schlegel, dentre outros, realizaram algumas comparações da gramática de muitas línguas indo-europeias, e o fruto dessas comparações permitiu descobrir que o latim, o sânscrito, o grego, bem como o protogermânico tinham suas raízes ou gênese no protoindo-europeu. Alguns autores, como Castilho, usam a nomenclatura indo-europeu para se referir ao protoindo-europeu, que seria:

[...] um conjunto de línguas, aparentemente faladas seis mil anos atrás, portanto, a partir do 4.000 a.C. Seus usuários eram indivíduos ágrafos, isto é, gente que não dispunha de língua escrita [...] a

descoberta do indo-europeu se deu a partir do final do século XVIII, quando viajantes europeus conhecedores de Latim, Grego e Gótico (variedade do Protogermânico), ao passearem pela Índia, notaram várias semelhanças em palavras dessas línguas e do Sânscrito, língua usada pelos sacerdotes indianos em suas celebrações religiosas [...] (Castilho, s.d, p. 2-6).

Ao estudarmos a origem de qualquer que seja a língua, constataremos a contribuição de outras línguas. Aliás, como aponta Castilho, o indo-europeu deu origem ao latim e este, por sua vez, contribuiu na formação de várias línguas naturais.

Entretanto, uma questão surge: sabidamente, na formação do português europeu e brasileiro, houve uma contribuição de vários povos e de suas respectivas línguas. Dito isso, teriam essas línguas experimentado processos de pidginização ou criouliização? É justamente com base neste questionamento que, no tópico 1.8, traremos algumas reflexões, enfocando as características comumente atribuídas apenas aos pidgins e crioulos.

### **1.7 A língua guineense e as políticas linguísticas na Guiné-Bissau**

Neste tópico, o leitor encontrará algumas informações que tratam do nascimento da língua guineense ou *kriol* (conforme mencionado por algumas pessoas). Além disso, serão discutidas questões relacionadas às políticas linguísticas existentes no país, bem como apontaremos algumas medidas necessárias ou importantes, que, ao serem aplicadas pelos governos, contribuiriam para a convivência harmônica entre os indivíduos na sociedade.

“*Kriol*” ou “crioulo” da Guiné-Bissau, também denominado por guineense, de acordo com Embaló (2008), seria a “língua franca” dos guineenses, pois pessoas de vários grupos étnicos empregam-na para se entenderem nas comunidades linguísticas. Sobre sua origem e formação, a autora enfatiza que, provavelmente, essa língua surgiu no final do século XVI e se expandiu no século XVII, mas parece não haver um consenso entre

os pesquisadores sobre o espaço onde ela surgiu, pois existem várias hipóteses, como podemos verificar. Por exemplo, Naro (1978) enfatiza que o “crioulo” que se fala hoje em dia na Guiné-Bissau surgiu em Portugal, quando os escravizados foram levados para Europa, no século XV, e, com o passar do tempo, foi implantada na Guiné-Bissau. No entanto, Embaló (2008), Peck (1988) e Kihn (1994) asseveram que o nascimento dessa língua aconteceu em Cabo Verde (Embaló, 2008).

Rougé (2005) apresenta uma tese oposta, ou seja, para o autor, a língua guineense nasceu graças à convivência entre os colonizadores europeus e povos que falavam a língua mandinga. Apesar disso, o autor reconhece a contribuição de outras línguas para o desenvolvimento do guineense. Por exemplo, houve a presença do “papel”<sup>30</sup> *wolof* que, na altura, era uma língua franca no norte do país, bem como das línguas que se falavam na zona leste, especificamente no “Reino do *Kaabu*”. Portanto, em conformidade com o autor, após a inauguração das cidades de Cacheu, Geba, Farim, Bolama, Ziguinchor e Bissau, o “crioulo” começou a ganhar espaço nessas áreas. No entanto, a formação da língua nessas cidades não se realizou da mesma maneira, pois

distingue-se na origem um crioulo intramuros e um crioulo extramuro. Trata-se de uma distinção social. Corresponde à distinção entre o crioulo dos *kristons*, mestiços ou assimilados que viviam no interior das praças e o crioulo dos *grumetes*, africanos livres que trabalhavam ao serviço dos portugueses: eles cumpriam as tarefas de intermediários no comércio, mas também vários ofícios tal como carpinteiro, calafate... Os *grumetes* viviam agrupados no pé da *tabanca*, a paliçada que separava a cidade do mato, ou em bairros reservados. (Rougé, 2005, p.9)

---

<sup>30</sup> O termo está entre aspas para demonstrar que não concordamos com essa nomenclatura, pois é a forma como os colonizadores denominaram a língua dos *pepélis* (*pepél*).

Assim sendo, de acordo com Rougé (2005, apud Carvalho e Djaló, 2023), pelo fato de a primeira variedade se desenvolver na zona urbana e ser praticada por nativos que conviviam com os colonizadores portugueses, acabou sofrendo influência da língua do colonizador. Ao passo que a segunda variedade, por não conviver com a língua europeia, não conservou a influência do português e manteve a influência de um número considerável de línguas africanas locais. Entretanto, uma questão surge: como se sabe, a Guiné-Bissau, bem como vários outros países do continente africano, apresenta uma diversidade linguística. Antes dos nativos conviverem com os europeus, não teria, essa língua, surgido entre os povos locais? Se cada grupo étnico tinha sua língua materna, como era a comunicação entre, por exemplo, um fula e um balanta? Ou entre um mandjaku e pepel? Entre um biafada e mansonka? Entre um budjuku e nalu?

Fato é que, no que concerne à origem das línguas em África, principalmente, as línguas que emergiram mais recentemente (nos últimos séculos), denominadas genericamente de “crioulas”, ainda pouco se sabe e os estudos que tratam da temática nem sempre são pautados em um viés puramente linguístico, sendo permeados por uma visão sócio-histórica e geográfica, que reúne essas formas de comunicação sobre rótulos generalizantes e carregados de preconceito.

No que tange às políticas linguísticas na Guiné-Bissau, como comprovaremos na análise dos resultados, com base nos depoimentos de participantes, há uma política estatal de não valorização do guineense e das línguas étnicas. Aliás, como defende Embaló (2008, 103),

A partir dos anos vinte do século XX ele começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O kriol passou a ser visto como uma língua de “não civilizado” e aquele que falasse português era considerado “civilizado”.

Ainda no século XXI, essa visão preconceituosa e colonial persiste na Guiné-Bissau, pois, com frequência, uma pessoa que não tem domínio da língua portuguesa é vista como um indivíduo “atrasado”. Ainda conforme a autora, após a independência, houve um esforço para valorizar o guineense e inseri-lo no sistema escolar, mas não surtiu efeito, por vários motivos, tais como: “uma deficiente preparação dos próprios professores, passando pela falta de materiais didáticos e pelo fato de o crioulo, apesar de ser língua nacional, não ser necessariamente a língua materna dos aprendentes.” (Embaló, 2008, p.103). No entanto, esse argumento parece um pouco contraditório, já que a língua portuguesa também não é a primeira língua da grande maioria, senão da totalidade dos guineenses. Para além disso, houve a produção de materiais didáticos “descontextualizados” com a realidade dos alunos, quase sempre, em Portugal.

O direito linguístico dos guineenses, dessa forma, não foi respeitado, pois a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos defende que: “**artigo 9.º:** Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas”. (UNESCO, 1996, p.7). Além disso, aponta o “**artigo 29.º:** 1. Todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem”. (UNESCO, 1996, p.10).

Sobre a não implementação das políticas linguísticas para a valorização das línguas “crioulas”, Couto (1996) reitera que as autoridades dos países onde essas línguas são faladas não demonstram nenhum interesse em valorizá-las, com o intuito de satisfazer os parceiros internacionais. Timbane e Manuel (2018) enfatizam que, na Guiné-Bissau, falta um empenho por parte das autoridades governamentais para que a língua guineense possa ser valorizada.

Timbane e Manuel (2018) defendem a necessidade de aplicar cinco ações com o intuito de valorizar os “crioulos”, bem como as línguas africanas. Dessa maneira, no primeiro momento, ressaltam a importância de aplicar leis que permitirão a inserção dessas línguas

no sistema do ensino e nas instituições estatais; segundo, abandonar a visão que considera as línguas “crioulas” como subcategorias das línguas europeias, ou seja, “[...] incluir as línguas crioulas na classificação das línguas africanas[...]”; terceiro, promover a descrição dessas línguas; quarto, aplicar ações que colocarão o guineense e as línguas étnicas na mesma esfera das línguas europeias; quinto e último, considerar o substrato africano como a base fundamental dos “crioulos” (Timbane e Manuel, 2018, p.107).

Apesar disso, para Couto, a aplicação de uma política linguística pode ocorrer de formas diferentes, pelo “modo coordenativo” ou “modo subordinativo”. O primeiro modelo ocorre quando a vontade dos indivíduos de uma comunidade de fala é respeitada. Por seu lado, o “modo subordinativo” é oposto, ou seja, é aquele que ocorre quando um pequeno grupo decide sobre a língua da sociedade. (Couto, 1996). Ao analisar a adoção das línguas europeias, português, francês, inglês, etc. nos países africanos, constataremos que foi aplicado o “modo subordinativo”. Por exemplo, na Guiné-Bissau, a oficialização da língua portuguesa foi anunciada por uma minoria de indivíduos que não levou em consideração a opinião da população.

Calvet (2002) ressalta que, nas comunidades que convivem com o multilinguismo, é possível verificar duas leis que orientam esse fenômeno: o “in vivo” e “in vitro”. O primeiro (o “in vivo”) diz respeito às leis aplicadas por indivíduos em comum, com a finalidade de interação na comunidade, ao passo que o segundo (o “in vitro”) é desenvolvido pelas autoridades estatais, mas, antes de ser imposto à sociedade, os estudiosos da linguagem são chamados para fazerem um levantamento prévio e procurarem saídas para o problema proposto. Nesta parte, conforme o autor, podemos verificar ainda duas leis ou orientações: uma é voltada apenas para uma determinada língua e a outra para todas as línguas. No que diz respeito às leis sobre a língua, Calvet (2002, p. 136–138) ressalta os seguintes traços: “1. Reforma da escrita [...]; 2. A intervenção sobre o léxico de uma língua [...]; e 3. A padronização de uma língua [...]”. Sendo assim, de acordo com o autor, o primeiro traço tem por

finalidade resolver problemas relacionados ao sistema da escrita de uma língua, como é o caso ocorrido no passado da China, pois,

O governo comunista, para facilitar ao povo o acesso à escrita, fez em 1955 uma reforma ortográfica: 515 caracteres e 54 partículas foram simplificadas, passando de uma média de 16 traços a uma média de 8 traços [...] Essa simplificação, reduzindo o número de traços, certamente favorece o aprendizado e a memorização dos caracteres [...]” (Calvet, 2002, p. 137- 138).

No que se refere à segunda característica (“a intervenção sobre o léxico de uma língua”), em alguns casos, é possível verificar a aplicação de novas palavras para superar a “lacuna” enfrentada pelas comunidades linguísticas, ou seja, criar novas lexias para nomear seres e coisas. No entanto, pode ocorrer situação inversa, ou seja, a comunidade linguística decide por unanimidade “purificar” as suas línguas, ou seja, excluir todos os traços da língua dos colonizadores, por exemplo. (Calvet, 2002). No que se refere à “purificação” de uma língua, o pesquisador nos lembra o que aconteceu na Turquia:

Em 1923, Mustafa Kamel, levado à presidência da república por um movimento laico e nacionalista, lança a “revolução linguística” (dil devrimi). Tratava-se de modernizar a língua turca, suprimindo dela todas as influências muçulmanas e otomanas, e as principais decisões foram: **primeiro**, passar do alfabeto árabe [...] a um alfabeto inspirado no alfabeto latino [...]; **segundo**, suprir o ensino do árabe do persa nas escolas [...]; **terceiro**, substituir sistematicamente as palavras tomadas de empréstimo árabe ou persa por termos de origem turca [...]; quarto, pedir aos cidadãos turcos que adotassem nomes de origem turca: por exemplo: Mustafa Kemal mudará seu nome para Atatürk, “o pai da turquia”. (Calvet, 2002, p. 139, grifo nosso)

Finalmente, consoante ao autor, a padronização de uma língua é desenvolvida com a finalidade de manter uma forma única na representação gráfica dos seres ou objetos por uma comunidade

linguística. Porém, o autor reconhece que, na maioria das vezes, essa padronização gera ideias opostas entre os seus idealizadores, como podemos verificar na Noruega que, na época colonial, apresentava uma situação linguística complexa. Após conquistar sua independência, o governo viu necessidade de padronizar o norueguês, por isso os parlamentares votaram várias reformas, e, em todas elas, é possível verificar duas alas, ou seja, alguns parlamentares que defendiam a necessidade de manter os traços do dinamarquês e outros que retorquiram essa visão, visto que, para eles, seria interessante padronizar o norueguês com base na língua popular.

Relativamente às leis sobre as línguas, Calvet (2002, p.141) aponta que:

[...] em situações de plurilinguismo, os Estados são levados a promover esta ou aquela língua até então dominada ou, ao contrário, a retirar de outra o status que desfrutava, em suma, a modificar o status e as funções sociais das línguas em presença.

No entanto, na Guiné-Bissau, não se verifica o primeiro caso apresentado por Calvet, pois as autoridades governamentais não promoveram leis que “elevaram” o status das línguas étnicas e do guineense. Apesar disso, nos últimos três anos (2020, 2021 e 2023), a língua conquistou um espaço na Televisão Nacional da Guiné-Bissau (TGB) e as notícias passaram a ser apresentadas em guineense. Essa mudança é de grande relevância, mas é preciso que a língua em questão conquiste outras instituições e gradativamente eleve seu status. Por outro lado, no que se refere ao segundo ponto mencionado por Calvet (2002), a adoção da língua portuguesa como língua oficial acabou inferiorizando a língua guineense e as línguas étnicas.

De acordo com Schiffman (1996, apud Silva, 2013), há dois tipos de políticas que precisam ser levadas em consideração: uma política linguística explícita (PLE) e uma política linguística implícita (PLI). Podemos definir as duas vertentes da seguinte maneira: a PLE versa sobre as leis ou decretos que obrigam o uso

de uma língua em uma determinada comunidade, ao passo que a PLI diz respeito às leis não estatais, sendo geralmente criadas por indivíduos nas suas comunidades, com o intuito de preservar as suas línguas.

Calvet (2002) ressalta que a política linguística não é desenvolvida apenas pelo estado, mas sim por qualquer comunidade ou minoria linguística, com a finalidade de salvaguardar a sua língua. Entretanto, o pesquisador enfatiza que, para que essa política seja efetivamente aplicada, apenas o estado tem poder. Sendo assim, conforme o autor, em alguns casos, encontramos políticas aplicadas pelo estado num determinado país, mas, em algumas situações, essa política linguística pode ser imposta por outros estados soberanos, na maioria dos casos, europeus. Foi essa política que denominou a Guiné-Bissau de país “lusófono”, Senegal e Guiné-Conakri, de “francófonos”, embora, efetivamente, as línguas portuguesa ou francesa não fossem línguas empregadas nesses países.

Passaremos, no próximo tópico, a apontar algumas reflexões sobre as características atribuídas aos pidgins e crioulos, com base em toda a discussão empreendida até este momento.

## **1.8 Reflexões sobre as características atribuídas aos pidgins e crioulos**

Este tópico tem como propósito refletir, preliminarmente, sobre as características que, ao longo dos anos, foram atribuídas aos pidgins e crioulos. Nele, destacamos as particularidades do latim e de línguas europeias e, em seguida, comparamos os traços dessas línguas, verificando se há diferenças concretas, do ponto de vista linguístico, em seu processo de origem com o processo de gênese das línguas “crioulas”.

Basso e Gonçalves (2014) sublinham que várias características do latim vulgar são encontradas nas línguas românicas, por exemplo, em português, os artigos indefinidos “um, uma, uns e umas” foram “readaptados” através dos pronomes do latim vulgar

“unus, una, unum”. Como vimos no tópico referente à visão dos crioulistas sobre os “crioulos”, foi atribuída a essas línguas uma marca ou característica, a “simplificação” da sua morfologia. Seria correto afirmar que o português é uma “readaptação” ou crioulo do latim vulgar? Merece menção o fato de esse processo de readaptação ser um termo bastante recorrente na descrição das línguas “crioulas”, por parte da corrente de estudos linguísticos de base crioulista.

Ainda conforme Basso e Gonçalves (2014), na passagem do latim clássico para o latim vulgar, é possível detectar uma “simplificação das conjugações verbais”, pois o latim clássico apresentava cinco padrões diferentes, como podemos verificar:

A primeira conjugação, dos verbos com vogal temática a: amo, amas, amare (amar); a segunda, dos verbos com vogal temática e: habeo, habes, habere (possuir, ter) ; a terceira, dos verbos sem vogal temática, como: dico, dicis, diere (dizer); a quarta, dos verbos com vogal temática i, como: audio, audis, audire (ouvir); a mista, dos verbos sem vogal temática, mas com conjugação próxima de uma mistura entre a terceira e a quarta: capio, capis, capere (tomar, capturar). **Ao passo que**, no latim vulgar, o sistema de conjugação verbal tem apenas três modelos: os verbos de tema em a, os de tema em e os de tema em i. (Basso e Gonçalves, 2014, p.55-56, grifo nosso).

Além disso, reforçam os autores que, na passagem do protoindo-europeu ao latim, houve redução de casos e o latim não conservou todos os casos que ocorriam naquela língua, como podemos observar na citação a seguir:

O PIE possuía oito casos gramaticais sendo eles o nominativo (caso que basicamente serve para indicar os sujeitos das orações), acusativo caso do objeto direto, como o “me” do português), o vocativo ( o caso usado quando chamamos um interlocutor), o genitivo (caso de posse, como o genitivo *woman's* do inglês “da mulher”), o dativo ( caso do objeto indireto), o ablativo ( caso usado geralmente para denotar afastamento espacial, proveniência, entre

outras coisas, como em “ele veio da fazenda”), o locativo (caso que se usa para dizer algo como “estou em casa”) e o instrumental (usado para especificar o meio ou instrumento que se usou para fazer algo, como em “ele quebrou a porta com o machado”). Assim, os dois casos que desaparecem, o instrumental e o locativo, são acolhidos pelo ablativo latino, que passou a ser caso bastante polivalente. (Basso e Gonçalves, 2014, p.30).

Por outro lado, constatamos também que alguns crioulistas associam os “crioulos” a línguas que apresentam uma “mistura” de duas ou mais línguas, mas vários trabalhos sobre a origem e formação de línguas naturais comprovaram que essa situação não ocorreu apenas com essas línguas. Aliás, segundo Basso e Gonçalves (2014), várias influências foram encontradas e contribuíram para a formação das línguas românicas, como, por exemplo, a das línguas de substrato, superstrato e de abstrato. Assim sendo, na primeira categoria de contribuições, podemos mencionar o papel das “línguas itálicas”, que eram empregadas por pessoas que conviviam com os romanos desde os primeiros momentos. Por seu lado, no que se refere à contribuição dos superestratos, encontraremos as línguas empregadas pelos bárbaros, que estiveram em contato com os romanos durante todo o processo de expansão e queda do Império, assim como a contribuição das línguas dos árabes que, ao dominarem a Península Ibérica e vários outros territórios, proporcionaram também extenso e intenso contato entre línguas. Finalmente, no que tange ao papel das línguas de adstrato, encontraremos a influência do grego que, dentre outras características, contribuíram na inserção de vários prefixos e sufixos, entre eles, por exemplo, “logia” (“estudo de”), que deu origem a muitas palavras que usamos em português, tais como: antropologia, filosofia, sociologia, biologia etc. (Basso e Gonçalves, 2014).

Além disso, conforme os autores, a convivência entre pessoas de várias culturas e línguas diferentes contribuiu muito para o funcionamento da língua portuguesa, já que, ao analisarmos o seu

léxico, detectamos um número considerável de elementos lexicais de outras línguas, por exemplo:

zebra (do etíope), canja (do malabar, língua falada no Sri-Lanka), chá (mandarim), condor e lhama (do quéchua), chocolate (azteca), manga (Indonésio), sagu (malaio), além de quantidade imensurável de palavras de origem tupi, como ananás, amendoim, mandioca etc. (Basso e Gonçalves, 2014, p.139).

O mesmo processo é encontrado na formação do português do Brasil, pois, segundo Mattos e Silva (2001, apud Rubio, 2012) é um resultado de convivência de várias línguas, como a dos colonizadores, a dos indígenas, língua dos africanos escravizados, bem como dos povos imigrantes.

Como se sabe, as línguas não são estáticas, pois, devido às necessidades dos seus usuários, transformam-se ao longo dos tempos, como é o caso do latim e do português, que passaram por diferentes fases, documentadas ao longo da história. A questão que surge é a seguinte: a transformação que aconteceu, por exemplo, ao longo do período de formação e consolidação do português, permite-nos afirmar que a variedade do português que se fala hoje é *fruto de uma “descrioulização”*, como acontece com a nomenclatura atribuída às línguas “crioulas”? Por outro lado, os pidgins e crioulos são conectados aos países colonizados por europeus. Na península ibérica, bem como em outros lugares onde pessoas de línguas diferentes conviveram, ocorreu o emprego de pidgins e crioulos?

Ademais, o surgimento dos ditos crioulos é associado à “crioulização cultural”. Contudo, sabidamente, em relação às culturas, não há país com uma cultura pura, pois, se analisarmos as culturas de Portugal e Brasil, bem como de qualquer nação, encontraremos influências e traços culturais de outros povos. Dessa forma, na cultura dos portugueses, é possível detectar vestígios culturais dos povos que conviviam na Península Ibérica, por exemplo, dos árabes, dos romanos, dos celtas, dentre outros. Do mesmo modo, na cultura brasileira, verifica-se o mesmo processo,

ou seja, a presença dos traços culturais dos povos colonizadores, dos africanos escravizados, dos indígenas etc.

De acordo com DeGraff, (2001, apud Dewulf, 2014, p. 306) “qualquer propriedade encontrada em línguas crioulas é também encontrada em línguas não-crioulas” (tradução nossa). Além disso, “quando estudamos razoavelmente as origens de qualquer idioma, incluindo o idioma francês, percebemos que esse em sua origem foi uma língua crioula” (Glissant, 1996, apud Dewulf, 2014, p. 306) (tradução nossa).

Sousa (2020, p. 45) concorda com a tese defendida por Dewulf e ressalta que os “[...] pidgins e crioulos devem ser vistos, acima de tudo, como línguas. Fica claro que o contexto de aquisição afeta a sua criação e formação, mas isso também é verdadeiro para as outras línguas do mundo [...]”

Considerar uma língua como “simples”, “deturpada”, “pobre”, “menos complexa”, “aprendida por gente inferior” pode apontar desconhecimento, racismo e até mesmo preconceito linguístico, como defendem Bagno (1999) e Timbane e Manuel (2018). Por essa razão, para evitar o preconceito que os “crioulos” sofrem, conforme ressaltam Timbane e Manuel (2018), é fundamental realizar trabalhos que demonstrem que essas são línguas como quaisquer outras, bem como realizar debates para incutir na mente dos estudiosos “[...] uma nova consciência linguística, uma consciência híbrida, sem raízes, que parte do princípio de que todas as línguas e culturas são profundamente crioulas [...]” (Dewulf, 2014. p.309).<sup>31</sup>

Um fato curioso sobre os ditos “crioulos” é que a ampla maioria das línguas que estão sobre esse rótulo se encontra nos

---

<sup>31</sup> Nesta linha de pensamento, seria interessante substituir o conceito de famílias linguísticas, interligadas por raízes profundas, calcadas em uma única língua, pelo modelo de rizomas, proposto por Deleuze e Gattari (1995), que defendem que os seres humanos advêm de uma ampla e complexa heterogeneidade de conexões, semelhantes às que ocorrem em um rizoma. Da mesma forma, uma língua teria sua origem permeada por múltiplas influências, das mais variadas línguas e não somente de uma língua “mãe”.

países colonizados pelos europeus, asiáticos ou outros colonizadores, sob as seguintes sub-nomenclaturas: “crioulos portugueses”, “crioulos franceses”, “crioulos ingleses” etc. (Couto, 1996). Todavia não há correspondentes como “crioulos latinos” ou “crioulos europeus” para se referir às línguas europeias que nasceram através do contato linguístico na Europa. A seguir, a título de ilustração, vejamos alguns desses “crioulos”:

**Tabela 1- Lista de alguns “crioulos portugueses”**

---

<b>"Crioulos Portugueses"</b>
Guineense
Cabo-verdiano
São-tomense
Principense
Angolar
Anobonês
Ceilonês/Sri lanka
Papaia Kristang
Cochim
Macuasense

---

**Fonte:** adaptado de Couto (1996, p.256)

**Tabela 2- Lista de alguns “crioulos espanhóis”**

---

<b>"Crioulos espanhóis"</b>
Papiamentu
Chabacano
Palenquero

---

**Fonte:** adaptado de Couto (1996, p.256)

**Tabela 3- Lista de alguns “crioulos franceses”**

<b>"Crioulos Franceses"</b>
Martinica
Guadalupe
Marie Galente
Les Saintes
St. Barthélemy
St. Thomas
Dominica
St. Lucia
Granada
Guianese
Haitiano

**Fonte:** adaptado de Couto (1996, p.257)

**Tabela 4- Lista de alguns “crioulos ingleses”**

<b>"Crioulos ingleses"</b>
Afro-seminole
Trinidad-Tobago
Belize
Havaiano
Jamaicano
Krio
Liberiano
Njuka
Saramaccano
Tok pisin
Torres Strait

**Fonte:** adaptado de Couto (1996, p.258)

**Tabela 5- Lista de alguns “crioulos holandeses”**

---

<b>"Crioulos Holandeses"</b>
Neherhollands
Barbice
Skepi
Flaai taal

---

**Fonte:** adaptado de Couto (1996, p.259)

Como podemos notar, o ponto de vista predominante para a denominação de uma língua como “crioula” é o fato sócio-histórico (e não linguístico) de ter surgido na colônia (fora do continente europeu), em função do contato entre os povos dominados e os dominantes. Para além disso, não é demais ressaltar que a denominação ainda está atrelada, fortemente, ao povo dominante: “crioulos portugueses”, “crioulos espanhóis”, “crioulos ingleses” etc.

Após essa reflexão sobre as características atribuídas aos pidgins e crioulos, apresentaremos informações sobre as comunidades investigadas e sobre como ocorreu o processo de investigação.



## CAPÍTULO 2

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A INVESTIGAÇÃO DO CENÁRIO LINGUÍSTICO GUINEENSE

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 189), “o interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade.” Ainda conforme as autoras, aplicando esse formato de pesquisa, o pesquisador alcançará o que se pretende estudar.

Além disso, Gil (2002) ressalta que, por ser realizada na comunidade em que o assunto é investigado e não necessitar de instrumentos sofisticados para recolha de informação, a pesquisa de campo é benéfica para o pesquisador, pois, além de apresentar dados confiáveis, o pesquisador gasta menos.

Mas, antes de iniciar uma pesquisa de campo, o pesquisador deve considerar três questões fundamentais: primeiro, fazer um levantamento prévio relativamente ao assunto que ele pretende estudar; segundo, definir os procedimentos que serão desenvolvidos e que auxiliarão na recolha de informação; finalmente, antes de ir a campo, ou de manter contato com os informantes, é de suma importância o pesquisador delimitar os procedimentos que serão adotados após a recolha de dados. (Marconi; Lakatos, 2003).

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, em primeiro lugar, realizamos uma revisão da literatura sobre o assunto, em outras palavras, procuramos trabalhos que apontam ou não apontam se a língua guineense é uma língua plena, completa, complexa e funcional (Rubio, 2021)<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Anotações de aula.

Na segunda fase da pesquisa, elaboramos quatro questionários sobre o emprego das línguas, cabo-verdiano, guineense e são-tomense. Desse modo, o questionário 1 (Q1) teve como objetivo levantar dados sobre a funcionalidade da língua guineense, do ponto de vista de seus usuários. Para isso, formulamos questões que responderam: a) A língua guineense é aprendida em casa? b) Os falantes têm maior conforto no emprego da língua guineense ou da língua portuguesa? c) Para se comunicar, eles recorrem a outra língua? d) Os guineenses têm dificuldades para se comunicar em guineense com outras pessoas que também falam o guineense? e) A direção das escolas e os professores permitem o emprego do guineense na sala de aula em lugar do português? f) Os participantes avaliam positivamente o emprego do guineense nos estabelecimentos de ensino e nas instituições na Guiné-Bissau? g) A oficialização da língua guineense é bem-vista pelos informantes?<sup>33</sup>

Ao passo que, os questionários dois, três e quatro trouxeram informações sobre o contato dos falantes do guineense que se encontram no Brasil com usuários de outras línguas “crioulas” (o cabo-verdiano e o santomense) residentes no Brasil e vice-versa. Dessa forma, no questionário dois (Q2)<sup>34</sup>, elaboramos questões que responderam: a) Os crioulos se diferenciam, apesar de possuírem como base a “língua portuguesa”? b) Quando um guineense fala o “crioulo” da Guiné-Bissau com os seus interlocutores de Cabo Verde/ São Tomé e Príncipe, que possuem seus “crioulos”, há compreensão? c) Quando não há compreensão no diálogo com o emprego das línguas “crioulas” junto dos interlocutores de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a que língua recorre-se para se

---

<sup>33</sup> Cabe ressaltar, neste ponto, que as questões foram produzidas em português e adaptadas para a variedade guineense da língua. Além disso, para menção à língua guineense, recorreremos ao rótulo mais usual empregado na comunidade, qual seja “crioulo” ou “crioulo guineense”.

<sup>34</sup> Aplicado aos guineenses que vivem no Brasil e que tiveram contato com cabo-verdianos e são-tomenses.

comunicar? d) O que esse grupo dos guineenses acha da denominação “crioulo” (*kriol*)?<sup>35, 36</sup>

No questionário três (Q3)<sup>37</sup>, aplicamos questões que responderam às seguintes indagações: a) Quando um cabo-verdiano fala o “crioulo” de Cabo Verde com os seus amigos da Guiné-Bissau / São Tomé e Príncipe, que possuem seus “crioulos”, há mútua compreensão? O que eles acham do nome crioulo cabo-verdiano? e) Qual a opinião dos informantes cabo-verdianos sobre a oficialização do crioulo em Cabo Verde? f) Os participantes cabo-verdianos acham benéfico o emprego do crioulo cabo-verdiano nos estabelecimentos de ensino em Cabo Verde?

Finalmente, no questionário quatro (Q4)<sup>38</sup>, elaboramos questões que objetivaram responder às seguintes perguntas: a) Quando um santomense fala o “crioulo” de São Tomé e Príncipe com os seus amigos da Guiné-Bissau / Cabo Verde, que possuem seus “crioulos”, há mútua compreensão? b) Quando um santomense se comunica no crioulo são-tomense com outra pessoa que também fala essa língua, sente alguma dificuldade de comunicação ou precisa recorrer a outra língua? c) Ao falar o “crioulo” do seu país com os amigos que falam o “crioulo” guineense ou o “crioulo” cabo-verdiano, há compressão? e) Quando não há compreensão no diálogo com o emprego das línguas “crioulas” junto dos amigos de outros países, a que língua eles recorrem para se comunicar? f) Os participantes são-tomenses

---

<sup>35</sup> A investigação do contato entre falantes de diferentes línguas “crioulas” só foi possível devido ao grupo investigado se constituir de estudantes que convivem, em sua graduação, numa Universidade internacional, por isso todos os participantes já experienciaram, de alguma forma, a comunicação com membros de outros PALOP. Trata-se da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com campi no interior do Ceará e da Bahia.

<sup>36</sup> Também para menção à língua cabo-verdiana e santomense, empregamos o rótulo “crioulo”, por ser o uso mais comum entre os falantes.

<sup>37</sup> Submetido aos cabo-verdianos no Brasil, que mantiveram contato com guineenses e são-tomenses.

<sup>38</sup> Aplicado aos santomenses residentes no Brasil que conviveram com guineenses e cabo-verdianos.

acham positivo o emprego do “crioulo” são-tomense nos estabelecimentos de ensino em São Tomé e Príncipe?

Na terceira etapa, após a elaboração dos questionários (Q1, Q2, Q3 e Q4), selecionamos quatro grupos de informantes: guineenses que se encontram em Guiné-Bissau, cabo-verdianos, são-tomenses e guineenses que conviveram entre si, residentes, atualmente, no Brasil. No primeiro grupo (guineenses residentes em Guiné-Bissau), elegemos 30 pessoas, 15 informantes do sexo masculino e 15 do sexo feminino, com uma faixa etária que variava entre 18 a 80 anos. No entanto, nas devolutivas, obtivemos apenas 25 respostas, numa faixa etária entre 22 a 38 anos. Dessa forma, após a seleção dos nossos informantes, aplicamos o primeiro questionário<sup>39</sup> de forma escrita para pessoas que dominavam o português e entrevista oral em guineense, para aqueles que não dominavam o português.

Por outro lado, no que se refere ao grupo dos informantes cabo-verdianos, santomenses e guineenses residentes no Brasil, conseguimos retorno de 14 informantes, sendo subdividido em 6 para a nacionalidade guineense (4 homens e 2 mulheres), 4 são-tomenses (2 informantes de sexo feminino e 2 de sexo masculino) e 4 cabo-verdianos (todos do sexo masculino). A faixa etária desses informantes varia entre 24 a 55 anos.

Após essa seleção, aplicamos o segundo, terceiro ou quarto questionário, a depender da nacionalidade. Vale ressaltar que, pelo fato de esses informantes se encontrarem nas mais variadas regiões do país e de não termos condições para se deslocar até eles, as entrevistas aconteceram através das ferramentas digitais: *WhatsApp, e-mail, Google Meet, etc.*<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Realizamos as nossas entrevistas via WhatsApp, e-mail, google Meet, considerando a Pandemia de Covid-19, que se abateu sobre todo o mundo, exatamente no período da coleta de corpus.

<sup>40</sup> O acesso às ferramentas digitais para resposta aos questionários, seja por meio de fornecimento de equipamento, seja pela disponibilização da internet, foi feito por prepostos do pesquisador (parentes próximos), presentes nos países. Não houve, por parte dos entrevistados, quaisquer despesas para participação na pesquisa.

Salienta-se que, antes da submissão dos questionários, os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para registrarem os seus dados pessoais e autorizarem o uso científico das informações. Além disso, foi garantido aos participantes que, em nenhum momento da pesquisa, a identidade dos informantes seria divulgada.<sup>41</sup> Os inquéritos foram escritos em língua portuguesa, mas, em algumas ocasiões, fizemos a tradução em guineense para os informantes que não têm domínio do português. Dessa forma, o critério de seleção dos participantes foi o de levantamento prévio para fim específico, ou seja, no primeiro momento, procurar guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses que falam “crioulo”.<sup>42</sup>

Na quarta e última etapa, após a aplicação dos questionários, quantificamos e organizamos os dados obtidos, bem como analisamos, estabelecendo frequências de respostas e contrapondo com a fundamentação teórica.

Vale ressaltar que, no Q1, a análise das devolutivas foi organizada em dois momentos: primeiro, observação e descrição das respostas em português; segundo, tradução e análise das devolutivas dos informantes que responderam na língua guineense. Em relação aos questionários 2, 3 e 4 (Q1, Q2 e Q4- (aplicados a informantes guineenses, cabo-verdianos e santomenses), o procedimento aconteceu em dois momentos: no primeiro, analisamos as respostas de cada questionário, em seguida comparamos o que as três devolutivas têm em comum e que as distanciam. A seguir, apresentaremos os resultados encontrados.

---

<sup>41</sup> A pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido registrada sob o número de Processo 65894022.7.0000.5504

<sup>42</sup> O grupo de participantes residente no Brasil, necessariamente, dominava a língua portuguesa, haja vista se constituir de estudantes universitários da universidade federal brasileira.



### CAPÍTULO 3

## A LÍNGUA GUINEENSE NO CONTEXTO MULTILÍNGUE DA GUINÉ-BISSAU

Como apresentamos anteriormente, o primeiro inquérito, destinado a guineenses, foi respondido por 25 informantes, 13 homens e 12 mulheres. O grau de escolaridade desses informantes varia de ensino básico<sup>43</sup> a pós-graduação: três têm ensino básico completo, nove concluíram o liceu<sup>44</sup>, sete têm graduação completa, quatro estão cursando graduação e dois se encontram no segundo semestre da pós-graduação. Desses 25 informantes, apenas cinco nasceram em Bissau (capital do país), e, do restante, três nasceram em Bafatá (região na zona leste do país), três em Biombo, um em Bula, um em Bambadinca, três em Galomaro Cossé, dois em Quebo, dois em Cachine, um em Cuntubuel, um em Buba, um em Gabú, um em Bijimita e um em Madina de Boé.

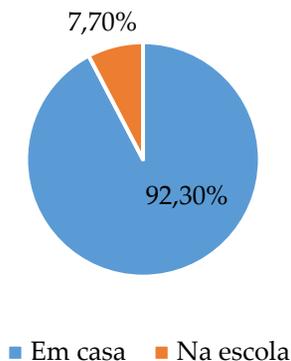
Desse grupo de informantes guineenses, 92,30% aprenderam a língua guineense e as línguas étnicas em casa e 7,70% na escola, entre os 2, 3 e 5 anos de idade. Nas devolutivas, verificamos que essa característica é comum aos participantes que têm as línguas étnicas como primeira língua, pois aprendem as línguas étnicas (*fula, balanta, pepel, mancanhi, biafada, nalu...*) em casa, para depois adquirir o guineense. No entanto, os que não têm contato com as línguas étnicas, possuem a língua guineense como primeira língua. A seguir, apresentamos o percentual referente ao local de aprendizagem da língua guineense e das línguas étnicas:

---

<sup>43</sup> No Brasil, corresponde ao Ensino Fundamental II.

<sup>44</sup> Ensino Médio.

**Gráfico 1- Local de aprendizagem da língua guineense e das línguas étnicas (LALGE-Q1)**



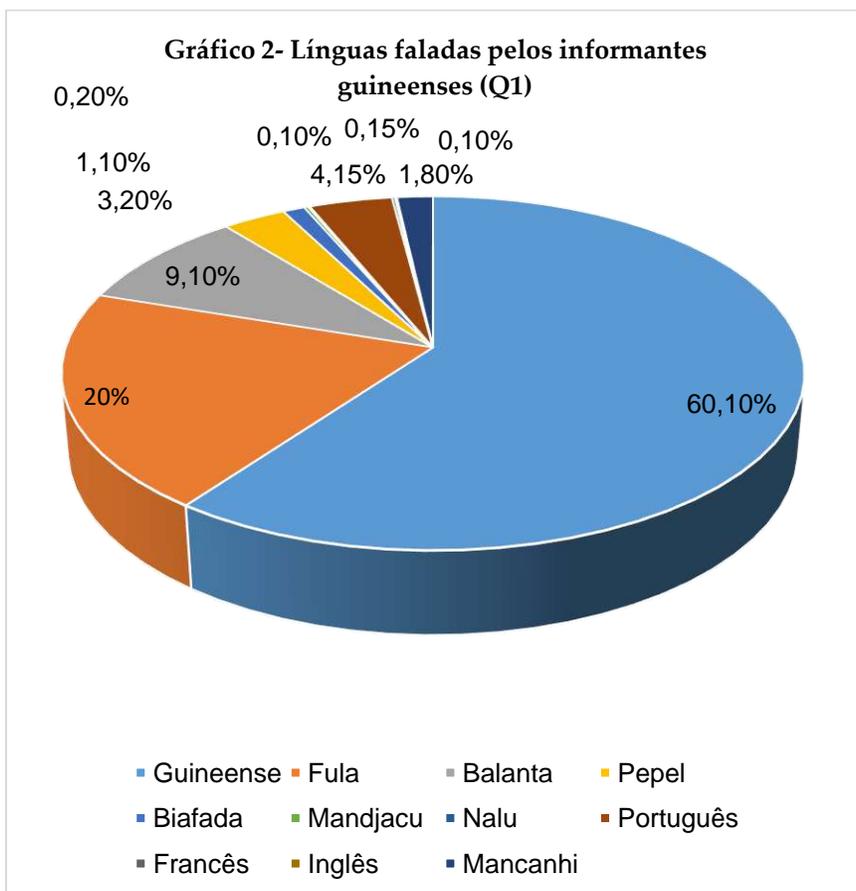
**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

Com o objetivo de compreender o contexto de multilinguismo experienciado pelos guineenses, buscamos informações sobre as línguas empregadas pela comunidade, o que é abordado a seguir.

### **3.1. Línguas empregadas pelos participantes**

Relativamente às línguas faladas pelos participantes guineenses, constatamos que todos são multilíngues, pois, além do guineense, falam as línguas étnicas (*balanta, fula, pepel biafada, mandinga, nalu e mandjacu...*) e o português. Além disso, alguns têm domínio do inglês, francês e árabe (os três últimos idiomas são comuns aos informantes com maior grau de escolaridade). Dessa forma, o emprego das três últimas línguas confirma a tese defendida por Timbane e Manuel (2018) e Scantamburlo (1999), ou seja, no país, algumas línguas estrangeiras disputam território com as locais. Do mesmo modo, evidenciam a existência de um bilinguismo eletivo ou circunstancial, consoante assevera (Ortiz-Preuss, 2011, apud Ortiz-Preuss, Álvares, 2014). Por outro lado, a coexistência dessas línguas comprovou também que há um

plurilinguismo no país, como aponta (Petter, 2015). Segue, na sequência, o gráfico com essas informações:



**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

Além de angariar informações sobre as línguas em convívio na Guiné-Bissau, buscou-se verificar também se haveria funções específicas desempenhadas por cada uma dessas formas de comunicação, como, por exemplo, o ambiente familiar.

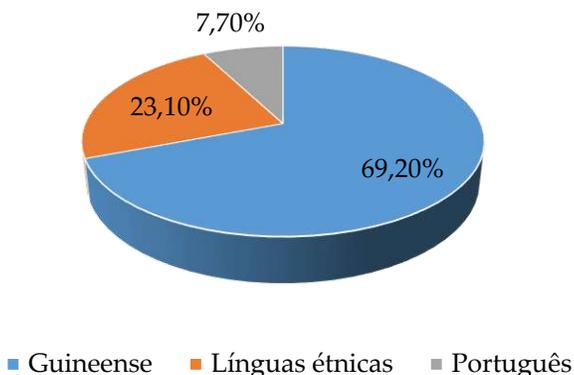
### 3.2. Língua empregada com maior frequência junto da família

Em relação à língua empregada pelos informantes com maior frequência no ambiente familiar, os resultados mostraram que 69,20% dos informantes usam o guineense com maior frequência e 23,10% utilizam as línguas étnicas. Vale ressaltar que, nesse segundo grupo, devido ao status que as línguas étnicas têm em algumas localidades, por exemplo, na zona leste e sul, é possível encontrar algumas pessoas que aprenderam o guineense já em idade escolar. Além disso, essa percentagem do segundo grupo se deve a algumas políticas linguísticas adotadas por responsáveis e encarregados de educação, que promovem a valorização das línguas étnicas, o que fora relatado por alguns informantes, que apontaram que seus pais não permitiam o uso de outra língua que não fosse a de sua família. Dessa forma, a ação dos pais ou encarregados de educação confirmou o que Calvet (2002) chama de políticas linguísticas “in vivo” ou políticas linguísticas “implícitas” (Schiffman, 1996, apud Silva, 2013). Para além de uma política linguística desenvolvida pelo governo, há também uma feita pelos cidadãos comuns.<sup>45</sup> Na sequência, os resultados relacionados à língua de maior emprego no ambiente familiar.

---

<sup>45</sup> Esse fato, embora pouco documentado, poderia explicar porque as línguas étnicas e a língua guineense, embora não amparadas por políticas linguísticas governamentais, ainda gozam de vitalidade no território da Guiné-Bissau, não tendo sido suplantadas pelo português, a língua oficial e prestigiada, como ocorreu em outras ex-colônias.

**Gráfico 3- Língua empregada pelos informantes com maior frequência junto da família (Q1)**



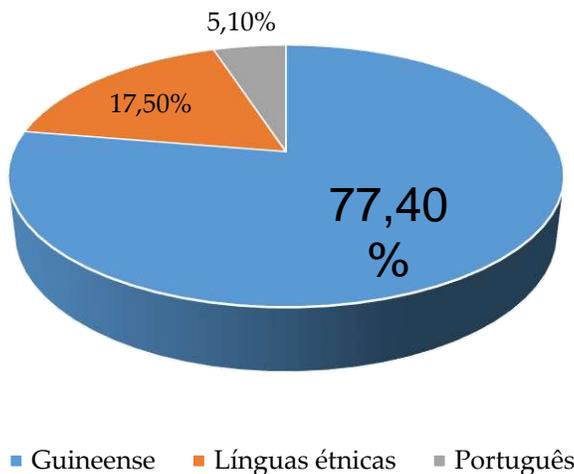
**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

Apesar de o guineense e de as línguas étnicas apresentarem maior percentual de emprego, não se confirma, neste caso, que essas línguas majoritárias são mais prestigiadas, pois o português continua apresentando status elevado na visão dos entrevistados, como veremos mais adiante.

### **3.3. Língua empregada com maior frequência em interações na sociedade**

No que tange à língua usada com maior frequência em situações sociais do dia a dia, fora do ambiente familiar, identificamos que 77,40% empregam a língua guineense, ao passo que 17,50% as línguas étnicas e 5,10%, o português. Na sequência, o gráfico com resultados.

**Gráfico 4- Língua empregada pelos informantes com maior frequência no dia a dia (Q1)**



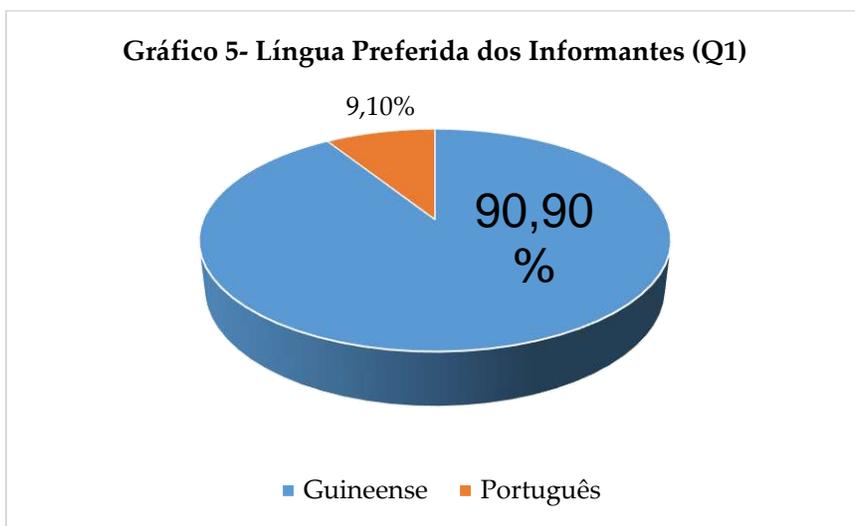
**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

O percentual de emprego do guineense evidencia o papel dessa língua na sociedade guineense, embora ainda não haja valorização pelo estado e até mesmo por parte dos guineenses, que veem mais prestígio nas línguas europeias, em especial, na língua portuguesa. No que se refere ao emprego das línguas étnicas no dia a dia, os resultados revelaram que isso é mais comum no interior, onde as línguas são faladas com maior frequência. Por exemplo, em Galomaro Cossé (Setor que faz parte da região de Bafatá, Leste do país), bem como na maior parte da zona leste, onde a língua de predominância é a fula.

Para além das frequências de emprego das línguas em Guiné-Bissau, verificamos também qual seria a língua de maior conforto para os usuários realizarem as suas interações linguísticas, por meio de questão que indagava sobre a língua que o informante tem preferência de uso (ou que lhe traz maior conforto), conforme se pode verificar a seguir.

### 3.4. Língua de conforto dos informantes

Em relação à língua “preferida”, verificamos que 90,90% dos informantes se sentem mais confortáveis em se comunicar em guineense, e uma percentagem reduzida, ou seja, 9,10%, se sente mais confortáveis em se comunicar em língua portuguesa, como se pode verificar no gráfico que segue.



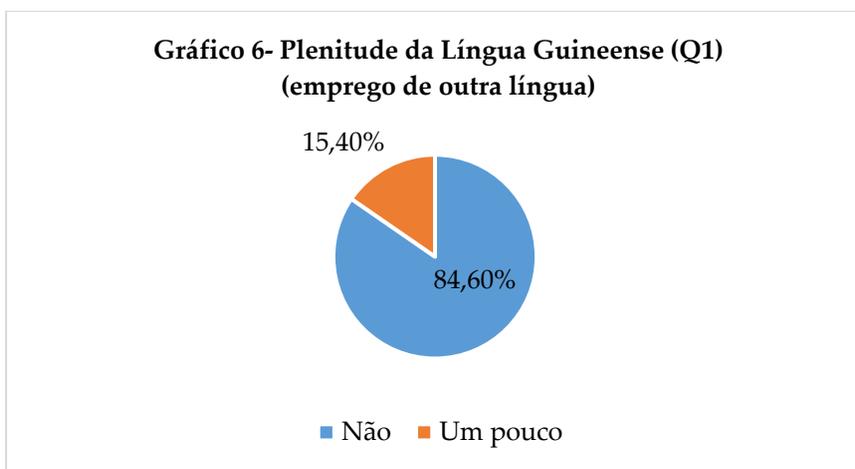
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Como podemos verificar nos resultados, não há menção às línguas étnicas, demonstrando que, para a população, embora essas línguas estejam ligadas à cultura e identidade, estão “acantoadas” e são preteridas, em lugar da língua nacional ou da língua prestigiada. No tocante a essa “preferência” por parte dos informantes em relação à determinadas línguas, merece menção o fato de que, embora os questionários estivessem escritos em português e guineense, houve emprego do guineense para resposta até mesmo por parte dos que apontaram preferência em se comunicar em português, o que vai ao encontro de uma das hipóteses deste trabalho, qual seja, de que a maioria dos guineenses se sentem mais confortáveis para se comunicar na língua guineense.

Complementando esses apontamentos sobre a visão dos usuários em relação à língua guineense, investigou-se também o quanto eles consideram-na “adequada” para a comunicação nas mais variadas situações, conforme podemos observar no próximo tópico.

### 3.5. O posicionamento dos usuários sobre a língua guineense

No que se refere à plenitude e funcionalidade da língua guineense, observamos que os resultados apontam que essa língua, como qualquer língua natural, contempla todas as necessidades de comunicação, pois a maioria dos usuários evidenciou não necessitar de recorrer a outra língua para se comunicar, validando assim a hipótese levantada em nossa pesquisa. Segue o gráfico com resultados.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Apesar dessa constatação geral, parte dos informantes frisa que, as vezes, usa vocábulos da língua portuguesa para nomear alguns objetos, o que não invalida a plenitude da língua e o que evidencia somente o processo de empréstimo linguístico, comum a todas as línguas naturais, incluindo-se, obviamente, o português, que, frequentemente, recorre ao inglês, no contexto de inovações tecnológicas.

Dessa forma, conforme relatam Timbane e Manuel (2018), o uso de lexia portuguesa pelos usuários guineenses não é justificativa para afirmar que a língua dessas pessoas não é plena e funcional, pois, como vimos no tópico sobre a origem e formação de línguas naturais, também do ponto de vista histórico, a língua portuguesa e várias outras línguas adquiriram vocabulário de suas ancestrais. Sendo assim, os resultados sobre a plenitude e funcionalidade da língua guineense, ou seja, a análise sobre os informantes necessitem ou não de outras línguas para se comunicarem contraria o que foi defendido ao longo de décadas pelos colonizadores e linguistas tradicionais crioulistas, no que se refere aos ditos “crioulos” se constituírem em sistemas defectivos ou sub-línguas. Aliás, conforme recordam Timbane e Manuel (2018, p.117), “[...] desde o período colonial, tudo o que é do africano era considerado atrasado e selvagem. As línguas africanas eram consideradas dialetos pelo sistema colonial [...]”.

A seguir, de forma complementar, apresentamos as opiniões desses informantes sobre a mesma questão, com recorte de respostas:

**Quadro 1:** Opinião dos informantes sobre plenitude da língua guineense

Excertos das respostas dos informantes <sup>46</sup>
G1: “Sim, sim contempla.”
G2: “Sim, contempla todas as necessidades de comunicação.”
G3: “Não preciso, pois contempla todas as necessidades da comunicação.”
G4: “Não. Língua como qualquer língua, contempla todas as necessidades que facilite comunicação entre as pessoas.”
G5: “contempla todas as necessidades, mas às vezes, uso palavras de outras línguas.”
G6: “A língua contempla todas as necessidades de comunicação.”

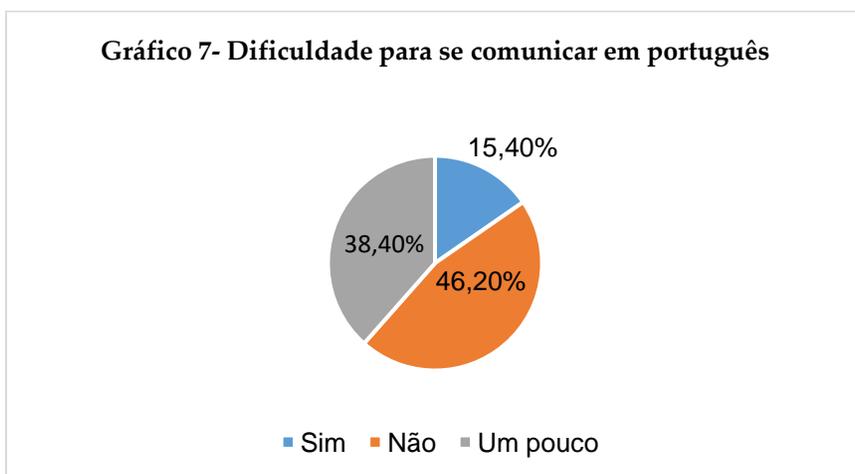
Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

<sup>46</sup> Adotamos a identificação G1, G2, G3..., para os guineenses, C1, C2, C3..., para os cabo-verdianos, e S1, S2, S3..., para os são-tomenses, com o intuito de preservar a identidade dos nossos informantes.

Ainda em relação ao emprego do guineense e do português, complementarmente, verificamos junto dos entrevistados se haveria dificuldade no emprego da segunda língua, considerando-se as evidências prévias sobre o uso da primeira. Seguem, na sequência, os resultados.

### 3.6. O emprego do português e de língua alternativa na comunicação

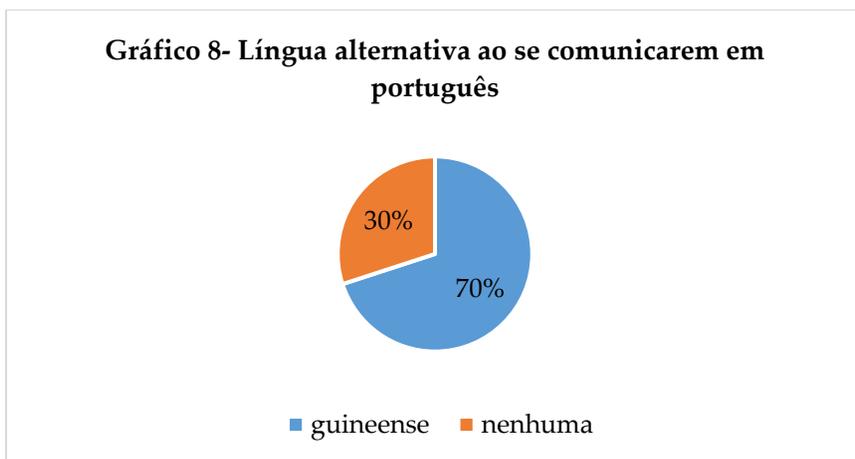
Os resultados da pesquisa sobre o emprego da língua portuguesa apontam que 46,20% não têm dificuldade para se comunicar em português, ao passo que 38,40% apresentam certa dificuldade e 15,40% têm grande dificuldade para se expressar e escrever. Vejamos a representação dessas informações, no gráfico que segue:



**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

Os participantes que informaram apresentar dificuldades ao se comunicarem na língua portuguesa relatam que recorrem à língua guineense para que a comunicação possa se dar de forma completa. Mais uma vez, verificamos o contributo e a relevância do guineense no dia a dia dos indivíduos. Esse apontamento também

confirma, mais uma vez, a funcionalidade comunicativa plena dessa língua. A seguir, a representação dessas respostas, no gráfico que segue:



**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

Considerando o posicionamento dos entrevistados sobre o emprego das muitas línguas no território e o debate empreendido até aqui sobre o emprego do rótulo “crioulo” para referência língua nacional da Guiné-Bissau, buscamos analisar como esse rótulo é avaliado pelos usuários, como segue no próximo tópico.

### **3.7. Nomeação da língua guineense como “crioulo” ou “kriol”**

Quanto ao emprego do termo “crioulo”, obtivemos respostas divergentes, pois, uma parte dos entrevistados têm uma avaliação positiva e outra apresenta uma análise negativa, ou seja, consideram pejorativa essa nomenclatura. Há, ainda, parcela que emprega o termo *crioulo/kriol* para se referir à língua, visto que, segundo esses últimos informantes, esse termo se refere à

“variedade”<sup>47</sup> falada em Cabo Verde. Alguns participantes enfatizam que a lexia é algo genérico, ou seja, faz referência aos “crioulos” dos PALOP, porém, outros reconhecem que tanto a lexia “crioulo” quanto “kriol” pertencem apenas aos cidadãos da Guiné-Bissau, em outras palavras, é a língua nacional dos guineenses. Todavia, uma parte não soube responder essa questão, como mostra o quadro abaixo, com recorte de respostas:

Quadro 2: Nomeação da língua na Guiné-Bissau

Excertos das respostas dos informantes
G1: “Não apenas direi que é um nome sensacional, mas sim um nome herói, porque é um nome pertencente a um povo sofrido, por isso o acho magnífico.”
G2: “Acho pejorativo este nome.”
G3: “Crioulo é termo cabo-verdiano e criol/kriol é termo da Guiné Bissau.”
G4: “kriol i nome di lingua kuta papaiadu na Guiné-Bissau ku kabuverdi.” <sup>48</sup>
G5: “É língua.”
G6: “I un lingua kuta papiadu pa guiniensis <sup>49</sup> .”
G7: “Crioulo é nome da língua falada em alguns países do PALOP.”
G8: “É uma língua nacional do meu país.”
G9: “I nomi bonitu <sup>50</sup> .”
G10: “Ehhhh! N’ka sibi explica dhe <sup>51</sup> .”

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

<sup>47</sup> O termo aparece entre aspas, pois os resultados da pesquisa apontaram que o cabo-verdiano, guineense e são-tomense são línguas diferentes, como vimos defendendo e como confirmaremos mais adiante, com base em apontamentos dos usuários.

<sup>48</sup> Tradução: “Crioulo é o nome de uma língua falada na Guiné-Bissau e Cabo Verde.”

<sup>49</sup> Tradução: “Uma língua falada pelos guineenses.”

<sup>50</sup> Tradução: “É nome bonito.”

<sup>51</sup> Tradução: “Ehhhh! Não sei explicar.”

Como se pôde verificar, há mais de uma perspectiva sobre a língua guineense, que co-ocorre e concorre com a língua portuguesa nos mais variados espaços, sendo preterida e preferida, a depender de inúmeras motivações, dentre as quais o fato de o português apresentar maior prestígio dentro e fora do país e de se constituir em única língua oficial. Considerando-se esse contexto, buscou-se informações sobre o emprego do guineense no contexto educacional, meio importante para proposição de políticas linguísticas governamentais. Na sequência, os resultados relacionados a esse tópico.

### **3.8. O emprego da língua guineense no contexto educacional**

No que se refere ao comportamento de profissionais da educação e direções de escolas sobre o uso da língua guineense, observamos, pelos relatos, haver uma política linguística de certa forma “opressora”, pois a língua portuguesa possui maior status do que as outras línguas e, quando um aluno se comunica em guineense, denota haver algumas penalizações.

Há, contudo, uma resistência por parte de parte alunos e professores, que, às vezes, se comunica no guineense. Além disso, constatou-se que o uso obrigatório da língua portuguesa varia de escola para escola, pois, em algumas, é comum se comunicar tanto em português quanto em guineense.

Os registros das entrevistas dão conta também de uma espécie de “controle” que ocorre até mesmo por parte dos estudantes, a quem “infringe” a lei. Há, ainda, a menção a acordos, com intuito de proibir o uso da língua guineense na sala de aula e no recinto escolar. Consoante aos relatos desses alunos, a ação tem como foco o estímulo ao aprendizado da língua portuguesa. A seguir, conferimos as respostas de parcela dos informantes:

Quadro 3: Atitude de professores e direções de escolas sobre o uso da língua guineense na escola

Excertos das respostas dos informantes
G1: “Como é obrigatório falar o português no recinto escolar e na sala de aula, ao falar crioulo pode até levar uma falta. ”
G2: “Pelo menos na escola em que frequentei não toleravam o uso do crioulo na sala de aulas, mas como é o hábito dos cidadãos guineenses, era impossível e infalível exigí-los de não falarem o crioulo. ”
G3: “Ficavam incomodados e irritados, pois, na sala de aula, era obrigatório falar em português e também tinham regras, se um/a aluno/a falar crioulo, pagava multa ou até mesmo era expulso na aula. ”
G4: “Eu pagava uma multa de 25xof ou 50xof <sup>52</sup> ...”
G5: “A maioria dos professores não permite o uso da língua..., mas alguns não impedem. ”
G6: “Uns me deram palmadas e houve até outros que me expulsavam sempre da sala. ”
G7: <i>“Ita dipindi di pursor ku scola. Na lembra otcha na studa na scola A, nô pursor di portuguis ta tirau fora si papia criol, pursor di matemática kila ta pu paga quadro. Mas otcha n’ muda pa scola B, eta tudjinu papial na recintu scolar ku sala de aula, si bi papia criol, buta paga multa de 100fcfa.”<sup>53</sup></i>
G8: <i>“É ka ta agi bem, pabia hora ku nô papia kriol na recinto scolar é ta danu bah suspensão.”<sup>54</sup></i>

<sup>52</sup> Moeda local.

<sup>53</sup> Tradução: “Depende do professor e da escola. Me lembro bem quando estudava na escola A, (Empregamos a letra A com a finalidade de preservar a identidade da escola do nosso informante) o professor de língua portuguesa expulsava quem empregava ‘crioulo’, o professor de matemática adotava outro castigo, ou seja, quem empregava ‘crioulo’ era mandado apagar a lousa. Mas quando me mudei para escola B, nos impediam de comunicar-se em crioulo no recinto escolar e na sala de aula.”

<sup>54</sup> Tradução: “Não agiam bem, pois se a pessoa se comunicar em ‘crioulo’, ela era suspensão”.

G9: “Professores tinham responsáveis na sala de aulas, ou seja, alunos que fiscalizavam a quem falava crioulo na sala. Quer dizer, era obrigatório falar português.”
G10: “Pagava multa de 100 fcfa.”
G11: “Agiam comigo normal.”
G12: “Ita dipindi di pursor, mas na nô skola, maioria kata tudjinuba papia kriol. Má na nona class, no dissidi kria un lei, pa kada bias ku alguin papia kriol, i paga 25fcfa <sup>55</sup> .”

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Nos excertos anteriores, como verificamos, algumas consoantes aparecem em negrito, pois houve uma variação na menção das lexias escola e “crioulo”. O informante G7 usou a consoante “c” nas duas palavras, isto é, scola e *criol*. No entanto, os informantes G8 e G12 empregaram a consoante “k” na representação gráfica, quer dizer, *skola* e *kriol*. Dessa forma, o fenômeno ocorrido nos evidencia que há uma necessidade de padronizar a língua guineense, ou melhor dizendo, aplicar políticas linguísticas, conforme defendido por Calvet (2002), principalmente voltadas para o ensino sistemático da língua em ambiente escolar.

### 3.9. Avaliação sobre o emprego da língua guineense na Educação

Relativamente à opinião dos informantes sobre a inserção da língua guineense no Sistema Educativo, a maioria apontou ser favorável e também sublinha que o emprego apenas da língua

---

<sup>55</sup> Tradução: “Depende do professor, mas a maioria não nos impedia o uso do crioulo. Porém, na 9ª classe (aqui no Brasil, corresponde ao 9º ano do Ensino Médio), adotamos uma lei com a finalidade de impedir o uso do ‘crioulo’ na escola. Assim, quando alguém se comunicava em uma língua que não fosse o português, pagava multa no valor de 25fcfa, para cada vez que empregasse o ‘crioulo’.”

portuguesa não facilita a assimilação dos conteúdos. Além disso, reconhecem que a língua guineense é a riqueza do povo e que, considerando que muitas pessoas se sentem mais confortáveis para se expressarem na língua nacional, faria sentido permitir o seu uso no ambiente escolar. Porém, outro grupo rebate essa visão, ou seja, não concorda com o emprego de uma língua que não seja o português nos estabelecimentos de ensino. Segundo essa parcela dos participantes, o guineense é menos importante do que a língua portuguesa<sup>56</sup>. Merece destaque o participante G7, que, embora tenha apresentado sua resposta na língua guineense, defendeu a importância de se empregar a língua portuguesa, que seria a única oficial do país.

Quadro 4: Opinião dos informantes sobre o uso da língua guineense na educação

Recortes das respostas dos informantes
G1: “Eu acho muito importante, pois é a língua mais falada e permite mais compreensão.”
G2: “Eu acho que a ciência deve ser ensinada em crioulo, pois Português não tem eficiência e eficácia no sistema.”
G3: “Na minha opinião, seria mais fácil para a comunicação e compreensão, porque temos mais domínio do crioulo.”
G4: “Para mim, é bom, porque temos nas tabancas, crianças que nem crioulo compreendem, sem falar do português. Por isso, seria bom”.
G5: “Acho que é urgente empregar essa língua no ensino e aprendizagem guineense. Pois é o que facilita mais a compreensão da matéria. Quando uma pessoa entende a matéria em crioulo dificilmente ela esquece o que aprendeu.”
G6: “Eu acho muito importante, resgatar crioulo como uma língua para se comunicar no dia a dia, mesmo na escola ou nas instituições, porque faz parte da nossa cultura, e as vezes as pessoas se sentem mais à vontade e alegre para se expressarem em crioulo”
G7: “ <i>Não, pa mi, português tem que cedo muito exigido na escola, sendo kuma i nó língua oficial i k maior importância ki kriol</i> <sup>57</sup> .”

<sup>56</sup> Esse fenômeno de valorização da língua portuguesa em detrimento das línguas étnicas e do guineense foi confirmado pelo estudo de Rubio e Cá (2019).

<sup>57</sup> Tradução: “Não, ao meu ver, o uso de português deve ser exigido na escola, pois é a nossa língua oficial e mais importante do que o crioulo.”

G8: *“Não, pa pudi da más facilidade a estudantes di sibi papia utur língua, i mindjor nô usa portuguis, pabia criol nota aprendil na casa ou na vizinhança.”<sup>58</sup>*

G9: *“Seria bom. Porque na escola o que se ensina é a ciência e não a língua.”*

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Considerando o posicionamento dos participantes sobre o emprego da língua guineense no ambiente escolar, investigou-se, complementarmente, qual seria a avaliação dos entrevistados quanto à oficialização dessa língua pelo governo. Os resultados seguem no próximo tópico.

### **3.10. Opinião dos participantes sobre a oficialização da língua guineense**

Em relação à oficialização do guineense, constatamos opiniões bastante divergentes, pois uma parcela dos participantes tem atitudes positivas e são favoráveis à oficialização da língua, mas outra apresenta posicionamento contrário e não concorda com a oficialização. Na visão desses últimos, isso traria consequências para quem deseja conviver com os conterrâneos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e outras nações que também usam o português. Seguem alguns recortes das respostas dos nossos participantes.

Quadro 5: Posição dos informantes sobre a oficialização da língua guineense

Excertos das respostas dos informantes:

G1: *“Língua é poder. Acho necessário os professores ensinarem na língua crioulo, porque facilita e contribui na melhoria do aproveitamento escolar por parte de alguns alunos com grande dificuldade de interpretar um texto escrito em português.”*

---

<sup>58</sup> “Não, para que os estudantes possam ter domínio de outras línguas, é melhor empregarmos o português, pois aprendemos o crioulo em casa ou na comunidade”

G2: “Por mim, não é bom para nós, porque somos obrigados a buscar o ensino superior de qualidade no exterior, sobretudo em Portugal e no Brasil (países falantes da Língua Portuguesa).”
G3: “É muito importante oficializar a língua Bissau guineense, uma vez que é a língua do povo, ou seja, é a língua do dia a dia e também é a língua mais falada no território guineense.”
G4: “Português é língua do colonizador, oficialização do crioulo pode ser como uma conquista e ruptura com legados dos invasores, colonizadores.”
G5: “Acho legal! A Guiné Bissau como um país independente já, que pudesse ter a própria língua, como oficial também, incluindo português e não tendo a língua colonizador como a única língua oficial, cá em Bissau, as pessoas falam mais o crioulo e o compreendem melhor em relação ao português, quase a população guineense não fala a língua portuguesa, então seria bom e muito melhor que empregasse o crioulo como a língua oficial, juntamente com o português.”
G6: <i>“N’achal muito normal. Principalmente na escola, i mindjor propi opta criol suma lingua de ensinamento, pa mindjor percepção de alunos. Na instituição de stadu, Nô ka obrigado eleva utru lingua Mais de ki de nós. Alen di kila, si oficializadu, ina sedu lingua ku na permite pa tudo mundo sta na pé de igualdade<sup>59</sup>”.</i>
G7: <i>“Oficializal i na sedu bom, pabia, suma ku nô sibi, li na Bissau, si bu bai pa passa mensagem, si b misti pa um 70% ou 80% ntindiu, bu ten k papia kriol.<sup>60</sup>”</i>
G8: <i>“Panha manera d odja, ika nada mal, pabia país tene djintis analfabetus i ku idosos kuka obi utur língua além d criol<sup>61</sup>”</i>

<sup>59</sup> Tradução: “Acho que é muito normal. Principalmente na escola, acredito que seja melhor optar pelo crioulo como língua de ensino, para que os alunos possam assimilar os conteúdos com mais facilidade. Nas instituições estatais, não somos obrigados a valorizar outra língua que não seja a nossa. Além disso, a oficialização do crioulo permitirá que todos estejam em pé de igualdade.”

<sup>60</sup> Tradução: “Oficializá-lo seria benéfico, pois, como sabemos, aqui em Bissau, é de suma importância empregar o ‘crioulo’ para que 70% ou 80% da população consiga entender o conteúdo ao transmitir uma mensagem para a comunidade.”

<sup>61</sup> Tradução: “A meu ver, não é ruim, pois no nosso país temos pessoas analfabetas e idosos que não tem domínio de outra língua além do ‘crioulo’.”

G9: “N’ka concorda, pabia si nó faci kila, nó kana tene dominiu di purdiguis. Suma ku nó sibi, nó obrigau konvivi ku guintis kuta papia purtuguis k sta fora.<sup>62</sup>”

G10: “Nau, Pabia guineenses tem ku aprende papia português e mais vantajoso a nível internacional.<sup>63</sup>”

G11: “Seria importante. Porém, temos que começar ainda pela criação da gramática, porque até agora a língua crioula não tem gramática.”

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Se estabelecermos um comparativo das respostas dos informantes aos apontamentos defendidos por Craig (s.d., apud Couto, 1996), teremos as seguintes conclusões: a) os que não são favoráveis à oficialização do “guineense” defendem a existência de um “monolinguismo na língua dominante” (português); b) os que alegam a coexistência de duas línguas oficiais, português e “crioulo”, enfatizam a aplicação de um “bilinguismo pleno”. Outra informação que merece destaque na resposta dos informantes é a de que alguns ressaltam que o português é língua dos colonizadores<sup>64</sup>, por isso, consoante essas pessoas, a oficialização do “crioulo” seria uma grande conquista, pois excluiria mais um dos muitos vestígios deixados pelos colonizadores.

Como verificamos no quadro, além da variação na lexia crioula e kriol, é possível verificar um segundo caso nas respostas dos informantes G8 e G9, ou seja, o primeiro usa *dj* na primeira sílaba de palavras *djintis* (gente) e o segundo utiliza *gu* na primeira sílaba *guintis*.

---

<sup>62</sup> Tradução: “Não concordo, pois, ao fazer isso, não teremos domínio da língua portuguesa. Como sabemos, somos obrigados a conviver com pessoas que se encontram no estrangeiro que também se comunicam na língua portuguesa.”

<sup>63</sup> Tradução: “Não, pois os guineenses devem aprender a língua portuguesa é vantajoso a nível internacional.”

<sup>64</sup> Essa questão também foi confirmada no estudo realizado por Rúbio e Cá (2019).



## CAPÍTULO 4

### O CONTATO ENTRE DIFERENTES LÍNGUAS “CRIOULAS”

Como já mencionado, para além de analisar a plenitude e funcionalidade da língua guineense, com apresentação da avaliação dos usuários sobre seu efetivo emprego nos contextos de interação linguística, buscava-se a comprovação de que as línguas denominadas genericamente de “crioulos de base portuguesa” são sistemas de comunicação distintos e não variedades de uma mesma língua. Com base nesse objetivo, foram submetidos os questionários a participantes guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses que convivem ou conviveram com falantes de outras línguas “crioulas” para além da sua, ou seja, que vivenciaram ou vivenciam situação de contato entre o seu e outros “crioulos”.<sup>65</sup>

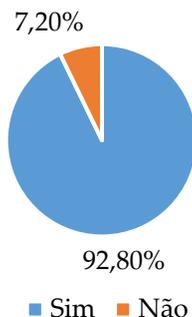
#### 4.1. Sobre a oficialização dos “crioulos” nos PALOP

Com base nos resultados dos três questionários, constatamos que 92,20% dos participantes concordam com a oficialização de seus respectivos “crioulos”, assim como inseri-los no sistema educativo, pois ajudaria a manter a língua em grande circulação. Mas, apesar disso, 7,80% defenderam a necessidade de não os oficializar, pois, segundo esses informantes, isso traria consequências para o contato com pessoas de outros países que também falam o português. O gráfico a seguir mostra a percentagem das respostas:

---

<sup>65</sup> Para essa investigação complementar, foram considerados outros participantes guineenses, além dos já entrevistados no primeiro questionário, o que se justifica pelo fato de, neste tópico, buscarmos indivíduos que, necessariamente, tivessem contato com pessoas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

**Gráfico 9- Percentagem sobre a oficialização dos “crioulos” nos PALOP**



**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

A seguir, verificamos o recorte das respostas dos informantes:

**Quadro 6: Opinião dos informantes sobre a oficialização dos “crioulos” nos PALOP**

Excertos das respostas dos informantes <sup>66</sup>
G16: “É muito importante não deixar a língua morrer. “
G17: “Não creio que seja necessário oficializar. Porém, ficaria satisfeita se ganhasse mais reconhecimento. Afinal, oficializar não aumentará o número de falantes. Mas, políticas são necessárias para a sua elevação. “
S1: “Bom sobre isso, é um campo muito amplo, pois oficializar o crioulo meio que vai nos limitar a falar com outras pessoas que não sabem falar o crioulo, então penso que deixar o português como oficial só para podermos nos comunicar com pessoas de fora mesmo.”
C1: “Acho que é extremamente necessário! O crioulo é a nossa identidade! Embora tenhamos variantes da língua crioula, isso não deveria ser argumento para retardar a oficialização da nossa língua. Parte da sociedade cabo-verdiana

<sup>66</sup> Rememora-se aqui o fato de que os participantes foram codificados mediante o seu país de origem (S, para são-tomenses, C, para cabo-verdianos, e G, para guineenses).

acha desnecessário oficializar a nossa língua. Porém, isso se deve a vários fatores. A ausência de uma consciência de pertencimento ao continente africano em Cabo Verde é um desses motivos. O país perdeu o prumo ideológico construído por Amílcar Cabral e todos os combatentes que lutaram pela independência de Cabo Verde e da Guiné Bissau. Hoje temos uma sociedade que desconhece sua própria história e qualquer povo que não preserva sua memória é um povo fadado ao fracasso. ”

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Sobre a necessidade ou não de recorrer a outra língua, quando esses participantes interagem com pessoas que também se comunicam no “crioulo” de seu país, verificamos que uma parcela expressiva enfatiza que não recorre a outras línguas, consoante ao que já havia sido constatado com os guineenses residentes em Guiné-Bissau. Segue o quadro com recortes das respostas dos participantes.

Quadro 7: Opinião dos participantes sobre a plenitude dos “crioulos” nos PALOP

Excertos das respostas dos informantes
S1: “Quando eu me comunico com outras pessoas que falam o forro, não recorro a nenhuma língua. ”
G16: “Nenhuma dificuldade. ”
S2: “Não há necessidade de se recorrer a outra língua. É mais espontâneo falar na nossa língua ainda que entre pessoas que usam variedades diferentes (outras ilhas).
C1: “ <i>Na Kabuverdi, nu ta papia ku kunpanheru so y so na kriolu, sen nunka ten nisisidadi di ba otu língua. Nu pode sin, e ba buska algun térmu tékiniku ki na kriolu inda ka ten y ki normalmenti nu ta krioliza.</i> ” <sup>67</sup>

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

---

<sup>67</sup> “Em Cabo Verde, nos comunicamos em cabo-verdiano sem necessidade de recorrer a outra língua. Apesar disso, às vezes, quando não existe um termo na nossa língua para referenciar algo, usamos um termo técnico, que normalmente crioulizamos.”

Como é possível verificar, o informante de Cabo Verde (C1) sublinhou que, pelo fato de não existirem algumas lexis no “crioulo” do seu país, “crioulizam” formas lexicais da língua portuguesa. Essa ideia defendida pelo informante tem relação com o que os colonizadores e linguistas tradicionais reproduziram ao longo dos anos, já que, conforme mencionado por Embaló (2008), no século passado, quem empregava um “crioulo” era considerado não culto. Por outro lado, Lucchesi (2016), enfatiza que o léxico dos pidgins e crioulos é caracterizado por palavras da língua do colonizador e dos colonizados. A nosso ver, o “empréstimo” lexical é natural, pois, como vimos no tópico sobre a origem e formação das línguas naturais, conforme apresentado por Basso e Gonçalves (2014), a língua portuguesa e outras línguas que se formaram na Península Ibérica, se “apropriaram” do léxico de outras línguas.

#### 4.2. O emprego da língua e a denominação “crioula” nos PALOP

Em relação às políticas linguísticas voltadas às línguas “crioulas” nos PALOP, os dados evidenciaram a existência de ações que não valorizam essas línguas, pois, nas escolas e centros de formação, não há um espaço para elas, como veremos a seguir:

Quadro 8: Relato dos informantes sobre a proibição do uso dos “crioulos” nos PALOP

Excertos das respostas dos informantes:
C1: “Não usava na escola. ”
S2: “Em todas as escolas que estudei, desde a minha infância até a adolescência, o crioulo não era uma língua que podia ser falada em sala de aula. Isso é o legado colonial. ”
G16: “Em sala de aula era obrigatório o uso da língua portuguesa. O uso da língua materna constituía um comportamento indisciplinar. ”
C2: “Não me lembro de ter falado crioulo nas escolas. ”

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Relativamente à atribuição de uma nomenclatura para se referir a essas línguas, verificamos algo semelhante, pois, além de acharem “normal” o emprego do termo, há menção a lexias como “forro”, “kriol/crioulo” e “cabo-verdiano” para se referirem às línguas de São Tomé e Príncipe, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, respectivamente:

Quadro 9: Opinião dos informantes sobre a nomenclatura dos “crioulos” nos PALOP

Excertos das respostas dos informantes
S1: “Acho adequado. Mas também pode ser chamado de crioulo forro.”
C1: “Acho que para o povo cabo-verdiano é representativo. Aprendi no Brasil que o termo crioulo pode ter uma conotação negativa. Mas para Cabo Verde parece ser um nome aceito pela população e especialistas no assunto. Já vi também o termo língua cabo-verdiana sendo defendida por alguns linguistas.”
C2: “Apesar de ter surgido em contexto de dominação e pode ter um sentido pejorativo, o povo cabo-verdiano utiliza a palavra de uma forma ressignificada. Contudo, é preferível utilizar LÍNGUA CABO-VERDIANA para enfatizar que é uma língua como outra qualquer e conferir o status de língua que muitas vezes foi negada.”
G16: “Acho normal porque o crioulo/kriol é justamente a mistura da língua europeia (português) com a língua africana.”

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Importa destacar, dentre as avaliações sobre o emprego das denominações para as línguas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, o sentimento de que essas línguas se constituem em formas plenas de comunicação e, ainda, a visão de que desempenham, nos respectivos países, o papel de línguas de integração, independentemente da presença da língua oficial europeia, o português.

Merece menção o posicionamento crítico do participante cabo-verdiano (C1), que evidencia, em primeiro lugar, a ressignificação

do termo “crioulo” no país, que não é visto como preconceituoso ou pejorativo, e, em segundo lugar, a importância, ainda assim, de se referir à sua língua como “língua cabo-verdiana”, apontando para o fato de que essa língua não difere de nenhuma outra língua considerada tradicional.

### 4.3 Língua empregada na comunicação entre os participantes dos PALOP

Quando considerado o modo de comunicação entre os participantes da investigação de diferentes países que se encontram pela primeira vez, predominou a resposta de que acontece na língua portuguesa, pois, na visão desses indivíduos, é impossível a compreensão, se cada um empregar a sua língua (o seu respectivo “crioulo”). Apesar disso, alguns informantes são-tomenses, que já conviveram ou se casaram com guineenses ou aqueles que estudaram com cabo-verdianos, disseram que conseguem se comunicar nessas línguas (participantes S1 e S2). Seguem, a seguir, as respostas dos participantes:

Quadro 10: Relato dos informantes sobre língua usada na comunicação entre os informantes dos PALOP

Excertos das respostas dos informantes
C1: “Não, são línguas distantes. Então, nem usamos para comunicar. ”
G15: “Eles não entendem. Dizem que é difícil.”
S1: “Não. Eles não entendem, mas eu entendo o crioulo de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. ”
S2: “Como tenho muito contato com o meu namorado e alguns guineenses, acabo falando Crioulo de Guiné-Bissau. ”
G16: “Falamos em português que é a língua comum em alguns países africanos.”

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Esse último ponto abarcado, quanto à intercompreensão entre os chamados “crioulos de base portuguesa”, põe em xeque a teoria de semelhança entre essas línguas ou de que elas seriam todas variedades de uma mesma língua. Longe disso, o que se constata aqui é que são línguas distintas, com características diferentes. As possíveis semelhanças poderiam ser explicadas pelo elo em comum ou pela influência de uma língua em comum, a língua portuguesa. Ressalte-se que contextualização semelhante une as chamadas línguas românicas, que, por terem experimentado, em sua gênese, a influência do latim, também guardam semelhanças entre si.

Diante de todo o conteúdo apresentado, passamos, no próximo tópico, às nossas considerações finais.



## RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO GUINEENSE COMO LÍNGUA DE IDENTIDADE NACIONAL

Neste trabalho, investigamos se a língua guineense é uma língua plena e funcional para os seus usuários. Dessa maneira, com a finalidade de compreender as diversas matizes que envolvem o assunto, analisamos, principalmente, as visões da Crioulística e da Sociolinguística sobre as línguas. Constatamos que a Crioulística pode apresentar, em algumas de suas vertentes, uma visão calcada em aspectos não linguísticos sobre algumas línguas, pois faz oposição entre idiomas “tradicionais”, que seriam “completos”, “complexos”, “plenos” e “funcionais”, e os surgidos dos processos de colonização recente, classificando-os, por vezes, como “sublínguas”, “pobres”, “deturpados”, “simplificados”. No entanto, como verificamos no tópico sobre origem e formação das línguas naturais, o mesmo processo aconteceu no surgimento de outras línguas naturais, mas isso foi ignorado por várias décadas, nos estudos desenvolvidos pelas correntes linguísticas mais tradicionais.

A sociolinguística, por outro lado, aborda os processos de contato linguístico e de gênese de novas línguas como naturais, abarcando sobre o mesmo rótulo de “línguas” todas as manifestações linguísticas que são empregadas de forma coletiva por comunidades linguísticas. Em outras palavras, a corrente de estudos sociolinguísticos não faz distinção entre línguas com base em aspectos extralinguísticos, embora considere que esses devem sempre ser investigados e levados em consideração, principalmente porque deles dependem a extinção ou expansão de um idioma.

Como vimos, as características atribuídas aos “crioulos” são encontradas em outras línguas naturais não consideradas crioulas. Coadunamos com a visão da sociolinguística e da ecolinguística, pelo fato de as duas correntes não demonstrarem um olhar avaliativo sobre as línguas ditas “crioulas”.

Após a aplicação dos questionários, os resultados demonstraram que o guineense é uma língua funcional e plena, pois contempla todas as necessidades de comunicação de seus usuários. Além disso, a maioria dos informantes é falante multilíngue, pois, além das línguas étnicas, adquiridas como primeiras línguas, tem domínio do guineense e do português. Também constatamos que, apesar de o uso da língua guineense ser desestimulado no ambiente escolar, alguns docentes e estudantes parecem estar favoráveis à valorizá-la.

Observamos que não há consenso entre os informantes sobre a atribuição de nome a essa língua, assim como a sua oficialização. Concomitantemente, fizemos uma análise comparativa sobre os “crioulos” dos PALOP e verificamos que essas línguas, apesar de supostamente apresentarem a mesma base lexical (portuguesa), são diferentes, por isso, quando um cabo-verdiano se comunica com um são-tomense, ambos empregam a língua portuguesa, já que o uso dos seus respectivos “crioulos” tornaria difícil a intercompreensão. Além disso, percebemos que, nos PALOP, as línguas analisadas são desvalorizadas e o português, como língua oficial e do ensino, é prestigiado. Também identificamos que boa parte dos informantes concorda com a oficialização e inserção dessas línguas nos mais variados contextos dos países.

O guineense é, ainda, a língua empregada com maior frequência junto da família e no dia a dia, sendo preferida pelos informantes em suas interações. Para além dessa constatação, apontou-se dificuldade na comunicação em português e o recurso à língua guineense como alternativa para efetivação de interações linguísticas.

Quanto à nomeação da língua na Guiné-Bissau, verificamos respostas divergentes, pois há os que consideram pejorativa a nomenclatura “crioulo” e os que a veem como “normal”, o que pode apontar uma crescente ressignificação do termo.

Constatamos que há, nas respostas, a menção a políticas linguísticas estatais, que não valorizam o guineense, o cabo-verdiano e o são-tomense. Além disso, confirmamos essas formas

de comunicação são variedades da mesma língua, mas sim línguas diferentes, pois o uso das línguas “crioulas” entre informantes de diferentes países torna difícil a intercompreensão, por isso, há o emprego de uma língua franca, a língua portuguesa, para que a comunicação possa fluir.

Com base em todo o debate empreendido, retomamos aqui o cerne de nossa discussão. As línguas classificadas como “crioulas” são realmente excepcionais, do ponto de vista de não possuírem a mesma complexidade e plenitude das línguas não crioulas?

A história de línguas como o português demonstra que este advém exatamente de um processo de mudança do latim (também apontado com processo de “simplificação”), principalmente do ponto de vista morfossintático. Um processo muito semelhante ao que se verifica no comparativo entre as línguas “crioulas” e as línguas que lhes serviram, de alguma forma, de base, seja do ponto de vista lexical, seja do ponto de vista morfossintático. Dessa forma, encerramos, apontando dois caminhos que vão além da simples classificação das línguas, mas perpassa também o ponto de vista sobre os fenômenos linguísticos: poderíamos chegar à conclusão de que todas as línguas, em sua origem, poderiam ser classificadas como “crioulas”, pois se originam em situação de contato entre diferentes povos e línguas; por outro lado, poderíamos abolir o rótulo “crioulo”, entendendo como naturais as diferentes complexidades das línguas, que, independentemente da forma que assumem do ponto de vista estrutural, são, para seus usuários, completas, complexas, plenas e funcionais.

Diante disso, o nosso debate busca trazer contribuição para a linguística e para a valorização das línguas locais de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, pois, ao longo dos anos, essas línguas têm sido vistas como sub-línguas, desvalorizadas e desprezadas, algo que os resultados de nossa investigação contrariam, haja vista esses idiomas se caracterizarem como quaisquer outras línguas naturais.

Nosso estudo, como qualquer pesquisa científica, apresenta limitações, pois não descrevemos a forma e funcionamento do

guineense, algo que pretendemos realizar em um futuro breve. Esse, inclusive, deve ser o espírito de qualquer pesquisador na área dos estudos linguísticos, já que o registro científico é o primeiro passo para a valorização e reconhecimento de línguas minorizadas, como são as línguas africanas, indígenas e dos povos ciganos, dentre outras.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. Do indo-europeu ao latim vulgar. In: BASSO, R. M. GONÇALVES, R. T. **História Concisa da Língua Portuguesa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Cap. 19, p.19-60.
- BENTO, C. I. da S. **Aquisição de Português Língua Não Materna** – o conjuntivo na interlíngua de falantes nativos de neerlandês. 2013. 74 f. Dissertação (Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) -Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- FCSH, Lisboa,2013.
- BECHARA, I. P. "Pidgins" e línguas crioulas. 1973, p.69-88. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/download/255855/42238>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- BRIGHT, W. **Sociolinguistics: proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference, 1964.** Vol. 20. Mouton & Company, 1966.
- CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. **Trabalhos em linguística Aplicada.** Campinas, v. 58, nº 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago 2022.
- CALVET, L. J. As Políticas Linguísticas. In: \_\_\_\_\_ **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002. cap. 6, p.133-146.
- CARVALHO, G. L. Unidades fraseológicas no ensino de português língua estrangeira: os últimos serão os primeiros. 2011, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 126 p., 2011.
- CARVALHO, G. L.; DJALÓ, M. S. (2023) "Crioulo guineense". In: Alexandre Ferreira Martins; Tábata Quintana Yonaha. (Org.). **MARGENS: Glossário especializado da área de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.** 1ª ed. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1ª Ed, p. 55-57.

CASTILHO, A. T. de. Como, onde e quando nasceu a língua portuguesa? **Museu nacional da língua portuguesa-estação da luz**. p. 1-32.

CASTILHO, A. T. de. **Como, onde e quando nasceu a língua portuguesa?** In: Museu nacional da língua portuguesa-estação da luz. p. 15 -31.

CEZARIO, M. M; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021. cap. 9, p. 141-155.

COELHO, I. L.; GORSKI, E.M.; SOUZA, C. M. N. D.; MAY, G. H. **Para conhecer a sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: contexto, 2021.

COUTO, Hildo Honório. Ecolinguística. In: MOLLICA, M. C; FERRAREZI JUNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: contexto, 2016. cap. 7, p. 87-95.

\_\_\_\_\_. Ecolinguística. In: **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**, 2007.

\_\_\_\_\_. Ecolinguística. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, nº 10 (1), 2009.

\_\_\_\_\_. Contato Interlinguístico: da Interação à Gramática. **Departamento de Linguística Universidade de Brasília**, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1996.

CRISTINO, L. S. **Bilinguismo e code-switching: um estudo de caso**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13934>. Acesso em: 23 mai 2023.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995. Disponível em: <https://www.ex-isto.com/2020/07/rizoma-esquizoanalise.html>.

Acesso em: 13 mai 2023.

DEWULF, J. **E se todas as línguas fossem consideradas crioulas?** Um olhar pós-colonial sobre a linguística. 2014, p. 306-309. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9423/2/4568000066046.pdf>. Acesso em: 12 ago 2022.

DJALÓ, M.S., CARVALHO, G. L. Léxico da língua futa-fula da Guiné-Bissau: uma proposta de vocabulário trilingue. **Njinga & Sepé**, Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial, p. 294-321, dez.2021.

EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **PAPIA** v.18, p. 101-107, 2008.

GARNER, Mark. Ecologia da língua como teoria linguística. (trad. Hildo Honório Couto). **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 01, n. 02, p. 65-78, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/?for=mat=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **The social stratification of English in New York city**. Washington, D.C., Center for Applied Linguistics, 1966.

LEIRIA, I. **Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino**, Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1º congresso de português língua não materna, Pacoas, Lisboa, 1999, p. 1-11.

LIMA-HERNANDES, M. C. Sociolinguística e línguas de herança. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: contexto, 2016. cap. 8, p. 97-110.

LUCCHESI, D. Crioulística. In: MOLLICA, M. C; FERRAREZI JUNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: contexto, 2016. cap. 6, p. 73-85.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003

MOZZILLO, I. O mito da pureza lingüística confrontado pelo conceito de code-switching. **Anais do CELSUL**. p. 3-6, 2008.

- MUFWENE, S. S. Why creoles were not made by Children. In: **Language Evolution: Contact, Competition and change**. British Library, New York, 2008, cap.5 p.78-82.
- ORTIZ-PREUSS, E.; ÁLVARES, M. R. Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v. 36, n. 4, p. 403-414, out./dez. 2014.
- PAIGC. **História: A Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde**. Afrontamento. Porto, 1974.
- PETTER, M. As línguas no contexto social angolano. In PETTER, M. **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: contexto, 2015.cap. 6,p.193-219.
- PORTO, R. S. Os estudos sociolinguísticos sobre o code-switching: uma revisão bibliográfica. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Disponível em:[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br). Acesso em: 23 mai 2023.
- RODRIGUES, U. R. S. Uma Elementos para a compreensão de Línguas Crioulas e Pidgins: conceitos e hipóteses. **AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos**. v.02, n.02, abr. 2019.
- ROUGÉ, J. **A formação do léxico dos crioulos portugueses da África**. 2005, Disponível em: [https://www.academia.edu/74053588/A\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_l%C3%A9xico\\_dos\\_crioulos\\_portugueses\\_da\\_%C3%81frica](https://www.academia.edu/74053588/A_forma%C3%A7%C3%A3o_do_l%C3%A9xico_dos_crioulos_portugueses_da_%C3%81frica). Acesso em: 22 set 2022.
- RUBIO, C. F. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e no português europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- RUBIO, C. F.; CÁ, J. F. Avaliação do português e das demais línguas de Guiné-Bissau por estudantes guineenses do ensino secundário. **Caderno de Letras**, n. 33, p. 147-182, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/15053>. Acesso em: 22 jan. 2020.

RUBIO, C. F. Multilinguismo nos PALOP: perfil sociolinguístico e avaliação linguística em Guiné-Bissau. **Revista de Letras**, v. 1, n. 40, 17 jul. 2021.

RUBIO, Cássio. **Aula 3**. 2021. 3f. anotação de aula.

RUBIO, C. F. Contextos sociolinguísticos dos PALOP: contribuições para compreensão do contato linguístico em África. **Estudos Linguísticos e Literários**. Nº 75, Bahia, UFBA, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/51247>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SAVEDRA, M. M. G.; CHRISTINO, B. SPINASSÉ, K. P.; ARAÚJO, S. S. DE F. Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, 2021, p. 01-28.

SILVA, B. P. **Afinal, o que são crioulos e pidgins?** Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/336838747>>. Acesso: 17 de ago. de 2021.

SOUSA, L. N. Crioulos e pidgins são línguas excepcionais? aquisição e formação sob o ponto de vista da aquisição de segunda língua, **Revista Versalete**, Curitiba, v. 8, nº 14, jan.-jun. 2020.

TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. **Revista de Letras JUÇARA**, Caxias. Maranhão, v. 02, n. 02, dez. 2018.

UNESCO. (1996). Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos. **Linguagem, Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem**. Disponível em: <http://www.ufscar.br/linguagem/edicao03/quemsomos.php> . Acesso em: 16 mar. 2021.

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LHEMAN, W., MALKIEL, Y. (eds.) **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 95-195.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

É inegável que a língua é um aspecto da identidade do falante. É através dela que expressamos nossos sentimentos e nossa cultura. Em *Guineense: a língua de identidade nacional da Guiné-Bissau*, Djaló e Rubio nos brindam com uma leitura que nos leva a refletir acerca de como as línguas transmitem tais aspectos e de como estas são vistas por seus falantes e pelos outros.

Profa. Dra. Gislene Lima Carvalho

Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira



**PPGL**  
Programa de Pós-Graduação  
em Linguística



**CAPES**

Pedro & João Editores



[pedrojoaoeditores.com.br](http://pedrojoaoeditores.com.br)

ISBN 978-65-265-1492-4



9 786526 514924 >